

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

**O ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELOS CONSELHOS
TUTELARES DE CEILÂNDIA - DF**

Ana Paula Oliveira da Silva

Brasília, Março de 2013

Ana Paula Oliveira da Silva

**O ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELOS CONSELHOS
TUTELARES DE CEILÂNDIA - DF**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
de Brasília, como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Maria Lúcia Leal

Brasília, Março de 2013

Este TCC foi julgado suficiente como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovada pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Brasília, 8 de março de 2013.

Profa. Dra. Ivanete Boschetti
Coordenadora do Curso de Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Lúcia Leal _____
Orientadora e presidente da Banca

Profa. Dra. Angela Vieira Neves _____
Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Profa. Marlúcia Ferreira do Carmo _____
Professora de Serviço Social convidada da faculdade IESB

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à Deus, pela a vida, pela sabedoria e inteligência como talentos concedidos. Para o que muitos chamam de sorte e coincidência eu chamo de providência e tempo de Deus.

Agradeço meus familiares pelo apoio emocional e financeiro, meu pai, meu esposo, minha mãe e minha sogra e meu sogro que cuidaram da minha filha nos momentos de atividades acadêmicas.

Agradeço a professora Maria Lúcia por ter aceitado me orientar. Agradeço também as professoras participantes da banca examinadora por terem se disponibilizado à essa atividade, especialmente a professora Marlúcia que me acompanha da outra faculdade que iniciei o curso, com apoio de incentivo emocional e acadêmico.

Agradeço as assistentes sociais do estágio que me apoiaram emocional e cientificamente para a conclusão deste trabalho, além do tempo disponível que pude escrever e estudar no campo de estágio.

Agradeço a todos já mencionados que contribuíram nas minhas relações pessoais, familiares, formal e informal, para a conclusão desse trabalho.

À minha filha, Ana Vitória de 2 anos de idade, que teve que dividir o seu precioso tempo da infância com as atividades acadêmicas. Juntas conseguimos alcançar a vitória

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo e quantidade de atendimento realizado pelo Conselho de Ceilândia Norte – 2012

Tabela 2 - Tipo e quantidade de atendimento realizado pelo Conselho de Ceilândia Sul – 2012

Tabela 3 – Relação de origens das denúncias de abuso sexual do Conselho Tutelar de Ceilândia Norte – 2012

Tabela 4 – Quantidade e tipo de violências atendidas pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte – 2012

Tabela 5 – Quantidade e tipos de violências atendidas pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Sul - em 2012

Tabela 6 – Quantidade e tipos de atendimentos realizados que contribuem para o enfrentamento da violência sexual pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte 2012.

Tabela 7 – Quantidade e tipos de atendimentos realizados que contribuem para o enfrentamento da violência sexual pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Sul - 2012.

LISTA DE SIGLAS

CDCA = Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes

Cecria = Centro de Referência, Estudos, e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEI = Campanha de Erradicação de Invasões

CMDCA = Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes

COMPP = Centro de Orientação Médico Psicopedagógico

CONANDA = Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS = Centro de Referência à Assistência Social

CREAS = Centro de Referência Especializada à Assistência Social

DPCA = Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

ECA = Estatuto da Criança e dos Adolescentes

FEBEM = Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FUNABEM = Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

HRAS = Hospital Regional da Asa Sul

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SAM = Serviço de Assistência ao Menor

SDH = Secretaria de Direitos Humanos

SEDEST = Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

SEJUS = Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

SGD = Sistema de Garantia de Direitos

SINAN = Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SNPDCA/SDH/PR = Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SUBSPC = Subsecretaria de Políticas para as crianças

TER = Tribunal Regional Eleitoral

TSE = Tribunal Superior Eleitoral

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu estudar o papel dos Conselhos Tutelares de Ceilândia nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A cidade de Ceilândia como a maior população das cidades do Distrito Federal possui atualmente dois Conselhos Tutelares, especificados como o Conselho Tutelar da Ceilândia Norte e o da Ceilândia Sul. O Conselho Tutelar é uma inovação que surgiu por meio do Estatuto da Criança e Adolescente, sendo ele um dos componentes do Sistema de Garantia de Direitos. Este é estruturado em três eixos, defesa, promoção e fiscalização. Esse sistema consiste na articulação de ações e políticas voltadas para a proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O objetivo geral é conhecer a realidade e identificar as dificuldades de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia no atendimento dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. As abordagens qualitativa e quantitativa foram utilizadas para a realização da pesquisa. A entrevista baseada em um questionário semi-estruturado foi utilizada como instrumental para a coleta de dados, bem como a análise documental. Foram realizadas sete entrevistas: com cinco conselheiros tutelares dos dois Conselhos, uma com a presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-conselheiros e com o servidor da Subsecretaria de Políticas de Proteção para as crianças – SUBSPC. Este estudo mostra as particularidades da eleição do triênio 2012-2015 no DF para o cargo de conselheiro tutelar, as condições de estruturas físicas, materiais e de recursos humanos para o funcionamento dos Conselhos Tutelares de Ceilândia, os encaminhamentos e os procedimentos realizados por estes Conselhos Tutelares em relação aos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Palavras chaves: Conselho Tutelar. Abuso Sexual. Direitos.

Abstract

This monograph intended to study the role of the Child Protection Councils Ceilândia in cases of sexual abuse against children and adolescents. The city of Ceilândia as the largest urban population of the Federal District currently has two Child Protection Councils, specified as the Guardian Council NorthCeilândia and South Ceilândia. The Guardian Council is an innovation that came through the Statute of Children and Adolescents, and he one of the components of the System of Guarantee of Rights. This is structured around three axes, defense, promotion and supervision. This system consists of joint actions and policies to protect and guarantee the rights of children and adolescents. The overall goal is to know the reality and identify the difficulties of intervention Child Protection Councils in attendance Ceilândia cases of sexual abuse against children and adolescents. The qualitative and quantitative approaches were used to perform the search. The interview based on a semi-structured questionnaire was used as an instrument to collect data and document analysis. Seven interviews were conducted: with five council members of the two councils, one with the president of the Association of Directors and former directors and the server with the Secretariat of Policies for the Protection for Children - SUBSPC. This study shows the special election in the triennium 2012-2015 DF for the position of councilor protect the conditions of physical structures, materials and human resources for the operation of the Child Protection Councils Ceilândia, referrals and procedures performed by these Councils Guardianship in relation to cases of sexual abuse against children and adolescents.

Keywords: Child Protection Council. Sexual Abuse.Rights.

Sumário

<i>Introdução</i>	11
<i>Metodologia</i>	15
CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA PROTEÇÃO À INFÂNCIA	17
CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	27
2.1. Aspectos Conceituais da Criança e Adolescente	27
2.2. A violência Sexual	31
2.3. A relação da Violência Sexual com o Serviço Social	37
CAPÍTULO III - OS CONSELHOS TUTELARES DE CEILÂNDIA	43
3.1. Atribuições competências dos Conselhos Tutelares	43
3.2. Dados estatísticos	50
3.3. O enfrentamento do abuso sexual pela intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul no Sistema de Garantia de Direitos - SGD	59
3.3.1. Encaminhamentos	59
3.3.2. Acompanhamentos	60
3.4. Desafios e particularidades apresentadas da realidade de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia.	63
3.4.1. Eleição e formação dos conselheiros tutelares do DF	63
3.4.2. Formas de registros	68
3.4.3. Condições de funcionamento	71
3.4.4. Mobilização e atuação política dos conselheiros	75
<i>Considerações finais</i>	77
<i>Referência Bibliográfica</i>	83
APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	85
APÊNDICE B – Modelo de termo de consentimento	90
APÊNDICE 3 – Ofícios enviados	91

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social pertencente ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, tem como tema o papel do Conselho Tutelar de Ceilândia - DF no enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Os Conselhos Tutelares são uma inovação da legislação brasileira na perspectiva de proteção a garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes trazidas pelo Estatuto da Criança e dos Adolescentes (ECA) que é uma lei que representa uma grande vitória da população na luta pela democracia e pela conquista de direitos.

Conselho Tutelar (CT) é um órgão inovador no contexto da sociedade brasileira, criado com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A implementação desses conselhos em todos os municípios brasileiros representa uma contribuição direta para que as diretrizes de proteção dos direitos humanos, das novas gerações se tornem realidade e não fiquem restritas somente ao texto da lei. Nesse sentido, a atuação do CT tem o grande potencial de contribuir para a efetivação, no País, de mudanças profundas no atendimento à infância e à adolescência.¹ (p.53)

O Conselho Tutelar está inserido dentro do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que veio também por meio do ECA para ser um mecanismo de maior viabilização da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. A política de enfrentamento da violência sexual infantil se insere como uma das várias políticas em que o Conselho Tutelar está articulado para a atuação de sua função, sendo um dos integrantes do SGD.

Segundo o Censo IBGE de 2010², o Distrito Federal - DF está com uma população de 2 648 532 milhões de habitantes, distribuída em 37 Regiões Administrativas (RA), que compõe o DF. A Ceilândia possui 400 mil habitantes, configurando-se como a maior concentração de população do DF. Os atendimentos à respectiva população existem 33 Conselhos Tutelares, entretanto não são todas as RA que possuem um Conselho Tutelar específico. Na falta é direcionada a demanda para o atendimento para um Conselho Tutelar de

¹ Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. – CONANDA, 2007. 1ª Edição. Distribuídos 20000 exemplares. Publicação do programa Pró-conselho.

² Divulgação feita pela página eletrônica virtual em 31/08/2012 www.g1.globo.com

outra RA. As maiores RA possuem dois Conselhos Tutelares. Ceilândia possui dois Conselhos Tutelares o Ceilândia Norte e o da Ceilândia Sul.

A transferência da capital do Brasil para o centro do país mobilizou grandes imigrações de populações de outros Estados para o interior do país em busca de melhores condições de vida e moradia. Diante desse acontecimento muitas aglomerações indesejadas pelas autoridades foram se formando, no entorno de Brasília. A medida realizada para a remoção dessa população foi a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que originou o nome da cidade de Ceilândia, quando em 1971 instalou as populações denominadas invasoras em outra localidade distante do centro da capital. Ceilândia se situa à 26 km do Plano Piloto.

Assim esse estudo se propôs a conhecer a realidade de intervenção e identificação das dificuldades de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Os objetivos específicos que auxiliaram o objetivo geral são:

- Identificar e analisar as condições de recursos humanos, físicos, estruturais e materiais dos Conselhos Tutelares de Ceilândia;
- Identificar e analisar qual a articulação com as outras esferas do Sistema de Garantia de Direitos, a inter-relação e interdependência;
- Identificar e analisar qual o fluxo de encaminhamento, monitoramento e acompanhamento dos casos.

Para o alcance do objetivo de pesquisa foram propostas três hipóteses que foram verificadas por meios de dados qualitativos e quantitativos. As hipóteses propostas são: as maiores demandas dos Conselhos Tutelares de Ceilândia são relativas ao abuso sexual contra crianças e adolescentes; o abuso sexual contra crianças e adolescentes são as maiores demandas porque houve nos últimos uma maior quantidade de denúncias principalmente as provindas da contribuição dos serviços do disque 100; as condições de recursos humanos, financeiros e estruturais do funcionamento dos Conselhos Tutelares de Ceilândia apresentam precariedades que se refletem nas dificuldades de intervenção e interferem nas atuações e atendimentos dos conselheiros.

A motivação pessoal para a escolha deste tema foi a experiência de estágio no campo da saúde que possibilitou o atendimento das demandas de intervenção da violência sexual. Diante das várias atribuições do assistente social nesse campo de atuação, está o atendimento

e encaminhamento das vítimas de violência sexual para instituições, programas e projetos que prestam serviços para esse público.

A violência sexual perpetrada contra criança e adolescentes é uma demanda que gera a necessidade de comunicação e encaminhamento do caso para o Conselho Tutelar para que ele possa realizar o acompanhamento do caso e tomar as medidas necessárias. O que inspirou uma busca melhor compreensão das atribuições, das demandas, das condições de trabalho do Conselho Tutelar que possui um papel fundamental para sociedade na garantia de direitos das crianças e adolescentes.

A relevância social dessa pesquisa consiste no fator de contribuição e participação da sociedade cível no Conselho Tutelar para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, na perspectiva da eleição que envolve a participação social de escolha bem como na possibilidade de candidatura.

A relevância social desta pesquisa consiste também pela representação da violência sexual na sociedade. Na pesquisa realizada por Waiselfisz (2012) sobre o mapa da violência no Brasil demonstra que foram registrados em 2011 pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), 10 425 atendimentos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em proporção de 16% de atendimentos a cada 100 mil crianças e adolescentes. Sendo a maioria de vítimas do sexo feminino, representadas por 83% dos registros.

De acordo com a pesquisa de Waiselfisz (2012), a violência física apresenta-se como o primeiro lugar com 40% dos tipos de violência perpetrados contra crianças e adolescente, sendo violência sexual (19,9%) com segundo lugar dos atendimentos registrados. Os dados apresentados na sua pesquisa apresentam-se a maior incidência em três tipos de violência sexual, o estupro, o assédio sexual e o atentado violento ao pudor que foram definidos na sua pesquisa como:

O estupro, definido pelo instrutivo do Sinan segundo o Código Penal Brasileiro, como constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça, conjunção carnal que ocorre quando há penetração pênis-vagina. Assédio sexual: “insistência importuna, independente do sexo ou opção sexual, com perguntas, propostas, pretensões, ou outra forma de abordagem forçada e não desejada. É o ato de constranger alguém com gestos, palavras, ou com o emprego de violência, prevalecendo-se de relações de confiança, de ascendência, de superioridade hierárquica, de autoridade, ou de relação com vínculo empregatício, com o escopo de obter vantagem sexual. Atentado violento ao pudor: “constranger alguém,

mediante violência ou grave ameaça, ao praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. (Waiselfisz, 2012 P.70)

O estupro foi classificado em primeiro lugar com registro de 59% dos casos de violência sexual, na faixa etária de 10 a 14 anos foram registrados uma taxa de 17,7 %, representando a maior incidência na proporção de a cada 100 mil atendimentos. Nas faixas etárias de 5 a 9 e 15 a 18 foi registrada uma taxa de 10%. Em segundo lugar o assédio sexual com 19,2% com maiores taxas de incidência nas faixas etárias de 10 a 14 com e 5 a 9 anos com. Em terceiro lugar o atentado violento ao pudor com 15,1% para a cada 100 mil atendimentos para cada faixa etária dos 5 aos 9 anos e dos 10 aos 14 anos de idade.

O TCC está dividido em três capítulos: A construção histórica do desenvolvimento da proteção à infância, que traz um recorte do Brasil colonial até os dias atuais; A violência Sexual contra crianças e adolescentes em três subdivisões com conceitos de crianças e da violência sexual, finalizado com análise da relação com o Serviço Social; Os Conselhos Tutelares em quatro subdivisões, mostrando as atribuições, competências, quais os procedimentos realizados nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, critérios de eleição, achados da pesquisa com dados estatísticos e dados qualitativos, como as formas de registros, a atuação política dos conselheiros, as dificuldades e precariedades. Seguido das considerações finais, referência bibliográfica e apêndices.

Metodologia

O objetivo dessa pesquisa consiste em conhecer a realidade e identificar as dificuldades de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia nos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes.

Diante de tal objetivo são propostas três hipóteses:

1. As maiores demandas dos Conselhos Tutelares de Ceilândia são relativas ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.
2. O abuso sexual contra crianças e adolescentes são as maiores demandas porque houve nos últimos uma maior quantidade de denúncias principalmente as provindas da contribuição dos serviços do disque 100.
3. As condições de recursos humanos, financeiros e estruturais do funcionamento dos Conselhos Tutelares de Ceilândia apresentam precariedades que se refletem nas dificuldades de intervenção e interferem nas atuações e atendimentos dos conselheiros.

Para o alcance desse objetivo e a verificação das hipóteses foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como instrumental de coleta de dados a entrevista baseada em um questionário de modelo semi-estruturado e a consulta e análise de dados documentais e estatísticos.

A escolha por essas abordagens tem consonância com o objetivo da pesquisa. A abordagem qualitativa é relevante para observar e analisar dados que não podem ser mensurados, e garante a possibilidade de investigar e identificar o fenômeno em estudo com maior profundidade embasado em teorias sociais.

A abordagem quantitativa que irá possibilitar traçar um perfil das maiores demandas dos Conselhos Tutelares de Ceilândia e a mensuração dos dados e que irão contribuir para explicar melhor as respostas encontradas.

Para a entrevista foi utilizado um questionário de modelo semi - estrutura focalizada, que consiste em uma ordem pré-determinada das perguntas direcionadas aos tópicos do assunto abordado, na qual podem se acrescentadas ou retidas perguntas durante a entrevista de acordo com a dinâmica da entrevista e necessidade do pesquisador.

A metodologia consistiu na realização das entrevistas com os cinco conselheiros tutelares de Ceilândia, do mandato de 2009-2012. A cidade possui dois Conselhos, o de Ceilândia Norte e o de Ceilândia Sul. Foram entrevistados dois conselheiros de Ceilândia Norte e um técnico-administrativo. No Conselho Tutelar de Ceilândia Sul foram entrevistados três conselheiros, duas reeleitas para o próximo mandato, e também um técnico-administrativo. Foi entrevistada também a presidente da Associação dos Conselheiros e Ex-conselheiros e um funcionário da Secretaria da Criança funcionário da Subsecretaria de Políticas para as crianças (SUBSPC).

Para a realização dessas entrevistas foi necessária muita perseverança, pois aconteceria em 16/12/2012 a eleição para os novos conselheiros, portanto as entrevistas teriam que acontecer antes da posse dos novos conselheiros eleitos, para que as experiências da atuação dos conselheiros do mandato pudessem contribuir na coleta de dados. Com a eleição poderia acontecer tanto a renovação dos cinco conselheiros, não sendo possível encontrá-los.

A análise e interpretação dos dados qualitativos coletados na pesquisa aconteceram mediante ao método de análise de conteúdo, que consiste na análise de dados pela representação do conteúdo, demonstrando as categorias qualitativas presentes que inspiram o debate teórico sobre o assunto. A análise e interpretação de dados quantitativos foram realizadas mediante a comparação numérica, no qual a partir de constatação será relacionada à análise dos dados qualitativos.

O método de análise de conteúdo discutido por Minayo (2010), que apresenta uma trajetória histórica do século XX, obteve a contribuição de vários estudiosos para o seu desenvolvimento como Berelson, Lasswell e Bauer. O referencial de autora que sistematizou o método é de Bardin:

“conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” Bardin, 1979, p 42 apud Minayo, 2010, p.83

CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO DA PROTEÇÃO À INFÂNCIA

A Constituição Federal (CF) constituída em 1988 é a lei maior da nação brasileira, e dispõe sobre vários direitos e deveres para a sua população. Os artigos 226, 227 e 228 da CF/88 regulamentam a noção de família como também as obrigações da família em relação aos direitos das crianças e adolescentes. Demonstra a importância do núcleo familiar como espaço de proteção e formação das crianças e adolescentes para a vida em sociedade.

A criança e o adolescente têm uma atenção especial da legislação. O artigo 227 da CF/88 traz a determinação de uma criação de uma lei específica para atender as configurações de regulamentação de direitos para as crianças e adolescentes. Por isso, a partir de 1988 as crianças e adolescentes brasileiros são considerados prioridade absoluta da nação, sujeitos de direitos e em situação peculiar de crescimento e desenvolvimento. Esta lei específica que normatizará os direitos das crianças e adolescentes é concretizada em 1990 com a formulação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

O contexto social e político em que se desenvolveu a formulação do ECA foi o processo de redemocratização. O Brasil passou por um período de 25 anos de ditadura militar, com restrições de direitos civis e políticos, impedindo o direito de reivindicações, de livre expressão, de voto, entre outros vários que caracterizavam um período antidemocrático. Com o fim da ditadura militar, a população brasileira se encontra em um processo de reformulação de suas políticas, de mobilização social para a construção de uma democracia. Esse período proporcionou a oportunidade de vários segmentos realizarem debates e transformarem as suas reivindicações em direitos, com a formulação de uma nova Constituição. Para a formulação do ECA aconteceram muitos debates, discussões, de vertentes políticas, modificação de ideologias sociais.

Para compreender qual o significado social tem essas transformações que culminaram na formulação do ECA em 1990 se faz necessário uma análise retrospectiva da história sobre o tratamento e a concepção da sociedade, do poderes vigentes, do Estado sobre o que é infância e quais as garantias, direitos e as políticas eram voltadas para elas.

Dentro desse processo de redemocratização, o debate em torno das questões referentes à infância e adolescência também se desenvolveram, com a garantia de vários direitos, com ampliação da proteção e com a reforma de conceitos e visão. A infância deixa de ser

prescindível e passa a ganhar espaço nas discussões sociais e políticas. A concepção e a proteção à infância se emancipam, no qual as crianças e os adolescentes passam a serem sujeitos de direitos.

De acordo com Santos (1996; 2004, apud SANTOS, B.R. et al, 2009, p. 23) as divisões que marcam os períodos de diferentes concepções e tratamentos dados à infância são três: a soberania paterna associada ao caritativismo religioso; do Estado de Bem-Estar Social à ação filantrópica; direitos das crianças associados à ação emancipatória cidadã.

A soberania paterna associada ao caritativismo religioso é o período compreendido como o Brasil Colônia, entre 1500 a meados de 1800. Tal período que se caracterizava pela soberania paterna no qual os pais tinham total controle sobre os filhos, decisões de casamentos, entrega de crianças para outras famílias criarem como filhos e criados de casa, nas formas de castigos e punições. O Estado não intervia nessas relações familiares, somente no final desse período que as leis buscavam coibir castigos imoderados.

Nesse período a concepção vigente sobre a infância era a visão religiosa, no qual o tratamento dado era de iniciativa individual com a ideologia e propagação da caridade. Uma das práticas era a entrega de recém nascidos às instituições religiosas por meio do sistema chamado Rodas e Casa dos Expostos, prática provinda da sociedade européia. O objetivo dessas instituições era de conversão religiosa, o aprendizado de bons costumes e o controle social.

Foi assim que a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema da Roda no Brasil, um cilindro giratório na parede que permitia que a criança fosse colocada da rua para dentro do estabelecimento, sem que se pudesse identificar qualquer pessoa. O objetivo era esconder a origem da criança e preservar a honra das famílias. Tais crianças eram denominadas enjeitadas ou expostas. (RIZZINI, 2011, P. 19)

A criação desse sistema surgiu devido à necessidade de resposta à crescentes situações de vulnerabilidade e abandono que as crianças sofriam nessa época, sem direitos, sem legislação que garantisse proteção social. Diante disso o tratamento e alguma forma de condições de sobrevivência ficaram a cargo da caridade religiosa.

Os motivos que levavam as mães a deixarem os bebês na Roda dos Expostos são variados, desde não ter condição financeira para criar, como por valores morais da sociedade. Essa prática era favorável às situações em que valores morais da sociedade condenavam, como por exemplo, as crianças providas do adultério, no qual os valores sobre o casamento

deveriam ser superiores e esses filhos bastardos não deveriam ter os mesmos direitos dos filhos do casamento.

Realizando uma comparação com as garantias que o ECA trás com o contexto social desse período pode-se perceber a discrepância entre os valores e os direitos que as crianças tinham e tem atualmente, pode-se perceber como a infância era desvalorizada.

Atualmente todos os filhos têm os mesmos direitos financeiros, afetivos e educacionais independentemente de ser provindo de uma relação dentro ou fora do casamento; a prioridade deve ser trabalhada para que as crianças permaneçam na sua família de origem, trabalhando questões financeiras e psicológicas para que colocar a criança em um Abrigo seja a última medida, como também existe legislação para a responsabilização do Estado para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes; assim as instituições não são mais obrigatoriamente vinculadas a questões e responsabilização religiosa.

Passando para o segundo período, do Estado de bem-estar social à ação filantrópica, pode-se analisar que à infância ganhou maior destaque social, com a formulação de políticas especialmente criadas para elas, com determinação de seções judiciais específicas para tratarem dos assuntos relacionados à infância e à família, com a formulação da primeira edição do Código de Menores em 1927, com edições e modificações posteriores.

Esse período é considerado de 1850 até 1970, caracterizado pela intervenção do Estado frente ao tratamento e cuidados dados à infância, que pode ser denominado de “Estado protecionista” ou “Estado intervencionista”. Nessa época que o Estado normatizará as várias relações de adoção, regularizar normas para proteger as crianças de exploração sexual, regularizará idades mínimas que permitam o trabalho infantil, de obrigação de matricular filhos na escola e como de definir cuidados mínimos à infância.

Pode-se perceber que a partir desse período os pais não têm mais autonomia soberana sobre os filhos como era característico do período passado, visando que agora o Estado tem papel primordial no tratamento e regularização de vários direitos, e que a visão de criança abandonada foi substituída pela visão bem-estar social da criança.

Entretanto essa visão Bem-Estar Social da criança foi dicotomizada, pois existia no contexto social a criança e o menor no qual as políticas eram orientadas na perspectiva dessas duas distinções sociais:

Trata-se da doutrina da “situação irregular”, segundo a qual o “menor” seria a criança ou adolescente em situação irregular, por estar material, moral ou

socialmente abandonado. Por contraste, a “criança”, filha dos segmentos mais favorecidos da sociedade, encontra-se em situação regular. Essa visão dicotomizada orientou diferentes tipos de políticas, programas e atitudes sociais em relações à infância até os anos 1980, quando os movimentos sociais propuseram a ruptura com a categoria “menor”. (SANTOS B.R., et al., 2009, p.26)

Esse avanço característico desse período aconteceu devido também à contribuição do movimento higienista e da ideologia positivista vigentes na época. No qual o movimento analisava e denunciava as condições sanitárias das crianças que viviam nessas Casas dos Expostos, os altos índices de morte e doenças pelas péssimas condições de higiene. A ideia era que o Estado deveria fiscalizar e regularizar formas de melhores condições para diminuir esses índices.

Em termos gerais, a corrente filantrópica não representou uma ruptura com a com corrente caritativa, inscrevendo-se na mesma tradição assistencialista e paternalista, embora o caráter científico e a intervenção do Estado tenham provocado mudanças na concepção e na metodologia dos programas sociais desenvolvidos entre 1920 e 1970. (Idem, p.28)

Um dos marcos desse período foi a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que tinha o objetivo da consolidação do órgão denominado de Serviço de Assistência ao Menor (SAM) vinculado ao Ministério da Justiça, compondo o Sistema Nacional do Bem-Estar do Menor. A concepção desse órgão sobre a infância era “uma fase da vida que exigia cuidados e proteção específicos, cabendo a instituições especializadas a sua recuperação e formação sadia e moralizada” (ALVIM; VALLADARES, 1998, apud SANTOS B.R., 2009, p.26).

A finalidade do SAM era o “combate à criminalidade e recuperação da delinquência” (SANTOS, B.R., et al, 2009, p. 58) que tinham a visão:

Os desvios de conduta, abandono e marginalidade eram entendidos como desvios de caráter, de personalidade individual, para os quais se recomendava o isolamento social e tratamento intensivo. Nesse período, não se levava em consideração os condicionantes sociais geradores de tais desvios. (Idem, p. 27)

O paradigma da Funabem era caracterizado como perverso, autoritário e irrelevante. A situação era de falta de coesão entre as políticas e a prática, demonstrando a ineficiência dos serviços, os conflitos gerados, e a falta de sequência dos programas e políticas para um atendimento de qualidade. Desde período da Funabem acontece a discussão sobre as possíveis

modificações e melhorias para as crianças e adolescentes no âmbito político, na prestação de serviços e recursos, o que resultou em sua extinção.

O terceiro período é iniciado no contexto em que as críticas à Funabem e Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem) fundamentam a discussão sobre a sua extinção, no qual o suporte para as críticas que acontece também acompanhada da formulação de uma nova visão sobre os direitos e tratamentos dados à infância. É neste processo que se constrói as ideias que fundamentaram a formulação do ECA, caracterizando o terceiro período denominado de Direitos das Crianças associados à ação emancipatória cidadã, no qual pode-se considerar que foi iniciado nas décadas de 1970 e 1980.

Esse período, de acordo com Santos (B.R. et al., 2009, p. 28), pode ser marcado como o período de “rompimento com as categorias ‘menor carente’ e ‘menor abandonado’ e a constituição do conceito de ‘crianças e adolescentes sujeitos de direitos’”. As mudanças aconteceram na concepção da infância e do seu tratamento, proporcionaram a discussão sobre o uso da terminologia menor que foi substituída pela definição criança e adolescente, pois não se justificava mais a utilização daquela denominação visto que não abarcava as mudanças da época.

Um dos atores principais desse processo de renovação de tratamento e concepção da infância característico desse período de garantias de direitos às crianças e adolescentes foi o movimento das alternativas comunitárias que desenvolvia programas e trabalhos com as crianças em situação de rua, com os adolescentes em conflito com a lei e que usavam substâncias psicoativas. Esse movimento surgiu como resposta ao contexto social vigente naquela época, como Santos (B.R. et al, 2009, p. 29) descreve muito bem:

A fragilidade das respostas dadas aos problemas tornou-se evidente. Tais respostas eram baseadas em uma avaliação recorrente de que a família, a comunidade e a escola estavam falhando na socialização de determinados segmentos da população infantil. Além disso, as instituições de bem-estar social, criadas para a “ressocialização” dos chamados “menores” carentes, abandonados, de rua ou infratores, mostraram-se não somente perversas como também ineficientes e ineficazes na reeducação dessas crianças e adolescentes. Essas instituições tornaram-se alvos de contundente crítica social realizada pelos meios de comunicação de massa, pela academia e pelos movimentos sociais. Por fim, a “recuperação” dessas crianças e adolescentes por intermédio do trabalho também fracassava. O sistema de capacitação profissional organizado por empresários do setor privado não alcançava

essa população excluída. Era evidente que todos os mecanismos de proteção estavam falhando em relação às crianças excluídas socialmente.

O movimento das alternativas comunitárias foi importante a transformação dessa nova configuração da infância, entretanto, no final dos anos 1980, esse movimento não conseguiu responder mais as demandas que eles buscavam intervir. Os objetivos propostos não estavam sendo alcançados, não tinham mais o mesmo impacto social que obtiveram no início. O movimento começou a receber críticas sobre os trabalhos e as ações desenvolvidas apresentavam descompasso com a realidade social vivida pelas crianças e adolescentes, e também os recursos que sustentavam os programas se tornaram insuficientes sem perspectivas de novas fontes.

Na decadência desse movimento e no fortalecimento de um contexto social favorável as discussões sobre direitos para as crianças e adolescentes surgem outros atores que possibilitaram a construção dessa política, como as campanhas Criança e Constituinte e Criança Prioridade Nacional.

A campanha Criança e Constituinte era de iniciativa do Ministério da Educação, cuja finalidade era subsidiar o Executivo frente à Assembleia Constituinte. Essa campanha proporcionou debates e discussões com comissões nacionais e estaduais para desenvolver suas propostas, no qual o objetivo principal dessa campanha era as crianças de zero a seis anos.

Além da proposta dessa campanha, outras propostas de entidades da sociedade civil foram apresentadas, entretanto não agradaram e não contemplaram as reivindicações sociais, mas foram importantes para a discussão que garantiu a inclusão dos direitos das crianças e adolescentes no projeto da Constituição Federal.

A campanha Criança Prioridade Nacional, provém de uma mobilização social para reverter esse quadro, no qual aconteceu a elaboração de uma emenda popular com o recolhimento de 250 mil assinaturas de eleitores, a quantidade mínima exigida pelo Regimento Constituinte era de 30 mil. Também aconteceu um abaixo-assinado de 1 milhão de assinaturas, no qual a maioria era de crianças, adolescentes e jovens. A emenda foi entregue ao Congresso em abril de 1987 juntamente com esse abaixo-assinado. Essa emenda foi incluída quase na íntegra pela CF88 nos artigos 227 a 228.

Essa campanha proporcionou a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (DCA), em março de 1988. Esse foi de muita importância para as discussões, no qual tinha como objetivos

principais articular e organizar as entidades e desenvolver ações conjuntas no combate a violência contra a infância pobre. Santos (B.R., et al., 2009, p. 39) declara:

O Fórum DCA passou a ser, a partir desse ano, o principal interlocutor da sociedade civil para a questão da criança e do adolescente junto ao Congresso Nacional e, também, catalisador e dinamizador da ampla mobilização social pela inclusão da emenda na Constituição Federal.

Esse processo nacional subsidiou os processos estaduais e municipais, que também criaram fóruns de discussões para as formulações de suas constituições e leis orgânicas, que abarcaram a garantia dos direitos das crianças e adolescentes em seus artigos. Adesão dos estados e municípios representou uma participação que superou as expectativas das entidades envolvidas.

Foi criado um grupo vinculado ao Fórum DCA para analisar e unificar as propostas apresentadas pelas entidades da sociedade civil, assim poderiam utilizar um projeto que abarcasse as discussões vigentes e que atendessem as reivindicações e representasse a mobilização social que acontecia. Uma seis versões foram formuladas até chegaram ao projeto que existe hoje.

Depois de uma série de audiências públicas, o projeto de lei foi votado e aprovado pelo Senado em 25 de Abril de 1990. Recebeu a aprovação da Câmara em 28 de junho e foi homologado pelo Senado em 29 de junho. Sancionado pelo presidente da República em 13 de junho, entrou em vigor em 14 de outubro de 1990. (Santos B.R. et al., 2009, p. 42)

Para a aprovação do projeto do ECA aconteceram várias atividades, como destaca Santos (B.R. et al., 2009, p. 41), de agosto de 1989 a junho de 1990:

- a) Debates e estudos com diversos públicos-alvo, incluindo crianças e adolescentes;
- b) Mobilização social com adesão formal de centenas de programas de atendimentos, fóruns, organizações não governamentais e outras entidades da sociedade civil de relevância;
- c) Debates realizados com juízes, promotores públicos e advogados;
- d) Sensibilização e adesão de órgãos do Poder Executivo, com a adesão da Funabem, do Fórum Nacional dos Dirigentes de Órgãos de Políticas para a Infância e Adolescência (Fonacriad) e de organizações similares dos governos de vários estados e de centenas de prefeituras;
- e) Trabalho junto às crianças, com produção de material didático-pedagógico, passeatas e mobilizações, como a desencadeada pelo II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado

em Brasília, em 1989. Nele, cerca de 750 crianças de rua de todo o Brasil e de outros dez países latino-americanos ocuparam o Plenário do Congresso Nacional e realizaram uma votação simbólica de aprovação do ECA; f) Trabalho no Congresso Nacional: *lobby* cotidiano no Congresso, ações do tipo ‘corpo-a-corpo’ e envio de cartas, telegramas e dossiê para os deputados; g) Campanha na mídia, com o apoio do Conselho Nacional de Propaganda (CNP).

O Brasil saiu da ditadura militar e passou por um período de redemocratização de construção de uma Constituição, no qual possibilitou que o movimento das alternativas comunitárias inserisse essa nova visão de garantias de direitos às crianças e adolescentes na formulação da CF/88. A inserção dessa nova visão na CF/88 que proporcionou posteriormente a formulação do ECA, acompanhado do apoio social, concretizou o novo paradigma da direitos para crianças e adolescentes, como descreve Santos (B.R. et al, 2009, p. 29):

Há, portanto, uma nítida mudança de paradigma, ou seja, a ação com as crianças e adolescentes deixa de ser uma questão de caridade e filantropia e transforma-se em uma questão política e pedagógica.

O ECA é considerado internacionalmente uma das mais atualizadas e avançadas garantia de direitos às crianças e aos adolescentes. Avançada no sentido de que ela traz em seus artigos várias categorias sociais de proteção e promoção que em legislações de outras nações não garantem, ou seja, ela é a mais completa que existe.

O sentido de atualizada é por ela estar de acordo com a norma e acordos internacionais regulamentados pela Organizações das Nações Unidas – ONU. Os artigos do ECA foram escritos de acordos com as garantias e determinações internacionais, no qual não foram necessárias modificações ou acréscimos posteriores a sua publicação.

Em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos das Crianças decretou-se 1979 como o ano mundial dos direitos da criança. Com base no trabalho então iniciado pela Comissão de Direitos Humanos da ONU, foi promulgada, em 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Infância, ‘no qual o Brasil assinou em 1990’. (SANTOS, B.R., et al., 2009, P. 35)

Em 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão pela ONU com a ratificação de vários países. Essa declaração foi embasada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1789, que provém a do debate da época e das revoluções sociais, políticas e econômicas que a humanidade passava, no qual tinha como uns dos direitos fundamentais a liberdade, a igualdade e fraternidade.

Com os resultados do fim da 2ª Guerra Mundial e com inspiração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão.

Em 1959, com inspiração na Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, ratificadas por 191 países.

Em 1924, os direitos *infantis-juvenis* foram anunciados internacionalmente pela Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança. Com base nessa declaração e no reconhecimento dos direitos da criança na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, foi proclamada, em 1959, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças ratificadas por 191 países. (SANTOS, B.R., et al., 2009, P. 34)

Com o ECA há a ampliação da proteção social para as crianças e adolescentes, como também a ampliação dos entes envolvidos para garantir a proteção, enfim os direitos. Assim, constitui uma ampla rede social de proteção que fiscaliza e intervém com ações voltadas para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A dimensão de fiscalização e garantia de proteção compete aos Conselhos Tutelares, as Defensorias Públicas da Infância e Adolescência, Ministério Público e o Poder Judiciário, que foram especializadas para melhor atender assuntos desse público, no qual foram determinadas seções específicas para esse setor.

Essa ampliação é importante para um maior controle social, pois envolve não somente o poder estatal, mas também a participação da sociedade civil, no qual o ECA traz a determinação de criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais.

A partir da determinação da CF o ECA como também todas as políticas são orientadas para serem formuladas e implementadas com base nos princípios de meio de gestão de política da criança e adolescente, pela descentralização e participação popular nos conselhos, com a fiscalização de aplicação de recursos e atendimentos.

A descentralização é considerada no sentido de responsabilizar de forma hierárquica, a União é superior, seguida de Estados, Distrito Federal e municípios. Assim, os municípios devem legislar sobre a criação do fundo municipal, do conselho Municipal e das políticas municipais referentes aos direitos das crianças e dos adolescentes, como também a criação do Conselho Tutelar.

É dentro dessa nova configuração de direitos, de tratamento, concepção e proteção à infância que o Conselho Tutelar é instituído como um dos entes que compõe o Sistema de Garantias de Direitos. Na definição de Santos (B.R. et al., 2009, p. 47):

O SGD é caracterizado pela articulação entre a sociedade e o Poder Público, visando ao funcionamento dos mecanismos de defesa, à promoção e o controle dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. A competência do sistema é a efetivação dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais das crianças e dos adolescentes.

Os três eixos que estruturam o SGD são a defesa, da promoção e do controle e efetivação dos direitos humanos, no qual nesse primeiro eixo que o Conselho Tutelar está inserido, frente às várias demandas que surgem a partir da regulamentação dos direitos e da defesa, assim como demonstra Santos (B.R. et al., 2009, p. 44):

Concepção jurídico-político-social, que institui a doutrina da proteção integral, um instrumento de desenvolvimento social voltado para o conjunto da população e das crianças e dos adolescentes do país, garantindo proteção especial aquele segmento considerado socialmente sensível. Por intermédio dessa lei, as crianças e adolescentes ganham direito a proteção contra o extermínio, tortura, abuso sexual, tráfico, pornografia, maus-tratos, abandono, trabalho penoso, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

2.1. Aspectos Conceituais da Criança e do Adolescente

Atualmente existem várias teorias que definem o conceito de criança e adolescente, no entanto vamos dar relevo as que fundamentam-se pelo paradigma dos direitos humanos em contraponto a teoria menorista.

De acordo com o ECA (1990), artigo 2 “considera criança até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade.”

As duas teorias filosóficas clássicas, a empirista e a racionalista, nortearam visões durante a Era Renascentista, defendendo concepções diferentes para o conceito de criança. Essas duas teorias foram utilizadas para explicar várias questões relativas ao homem, à sua essência, existência, vida em sociedade.

Para a teoria filosófica empirista como explica Damazio (1991, p. 12):

O indivíduo quando nasce é como um balde vazio onde a experiência do mundo vai depositando sua substância. A criança, então, é um ser incompleto, um vazio inicial, já que sua mente é como uma página branca que deve ser preenchida ao sabor dos fatos exteriores.

Para essa teoria a criança é um ser que irá aprender, alcançará o seu desenvolvimento a partir da experiência cotidiana da vida social, familiar, escolar e afetiva. A sua formação acontecerá com a experiência de convivência com os adultos, outras crianças e adolescentes que a cercam. Tudo o que os adultos já sabem, já aprenderam, já conquistaram será repassado para as crianças, portanto a criança será moldada de acordo com o contexto social em que ela vive.

A teoria filosófica racionalista se contrapõe à empirista dizendo, também com Damazio (1991, p. 13):

A criança, nessa ótica, é um adulto pré-formado, que já traz em si as probabilidades e seu crescimento intelectual. Ao invés de um resultado do meio, a criança será o resultado e sua própria razão, que já nasce com ela e que precisa ser desenvolvida.

Para esta teoria a criança não se desenvolve de acordo com o contexto social, no qual ela não é reflexo do mundo adulto, ao contrário ela é reflexo da sua própria condição, da sua própria racionalidade.

Dentro das teorias modernas, na perspectiva da psicologia, a corrente teórica Behaviorista, define a criança como:

A corrente behaviorista encara a criança como uma massinha amorfa sujeita a um treinamento que pode ser adequado ou não. E essa criança poderá ser condicionada para qualquer papel ou função, desde que treine a reagir satisfatoriamente aos estímulos, problemas ou obstáculos. O que importa reter é que a criança é tida como um ser moldável e adaptável a qualquer tipo de conduta. Sendo uma matéria-prima, crua, trata-se e prepará-la segundo nossos padrões e desejos (socialmente determinados), posto que ela não poder ser considerada como sujeito.

(Damazio 1991, p. 14 a16)

O termo behaviorista é oriunda da palavra da língua inglesa behavior que significa em português comportamento, conduta, tem seu principal representante o psicólogo americano John B. Watson.

Para essa corrente a criança será estimulada com reforços, respostas positivas e negativas, as positivas seriam os prêmios para os acertos, ou seja, as crianças receberiam reforços positivos quando elas realizassem de forma satisfatória as tarefas incumbidas, e as respostas negativas seriam os castigos ou punições, caso para os erros.

Watson declarou que ele conseguiria transformar crianças em médicos, advogados, enfermeiros e mendigos, assim como ele desejasse, com essa perspectiva, de recompensa e punição. No qual o indivíduo será moldado de acordo com os estímulos que recebe. De acordo com Damazio (1991, p. 15) “Toda a civilização, assim, seria reduzida a uma simples resposta reacional do organismo aos estímulos do meio para adaptar-se e sobreviver.”

A segunda teoria moderna é a representada pelo psicólogo suíço Jean Piaget que defende:

O desenvolvimento da criança é que propicia seu aprendizado, e não o contrário. Isto é, as crianças são diferentes e têm seu jeito de crescer como pessoa. Nós podemos ajudar, e muito, nesse crescimento. Mas não se pode impor ao menos saudavelmente, um crescimento generalizado e forçado. A compreensão da realidade, o desenvolvimento do raciocínio lógico-formal dá-se no indivíduo através de uma sucessão progressiva de estágios (ou momentos) de maturação do indivíduo em relação com o ambiente. Essa relação, segundo a psicologia genética piagetiana, acontece como um processo de troca, igual ao funcionamento orgânico: o homem é sujeito e objeto do mundo. E, junto com tal reconhecimento, a evidência de que a criança é um sujeito e seu processo de crescimento, com suas possibilidades

orgânicas e mentais é portadora de seus próprios meios de viver e conhecer a realidade. (Damazio 1991, P. 15, 16 e 17)

A terceira teoria moderna é a psicanálise, uma ciência que estuda o inconsciente humano, o responsável por essa vertente é o psiquiatra alemão Sigmund Freud. “A psicanálise vai tentar explicar as ligações existentes entre a razão e a emoção no comportamento humano.”(Idem)

Essa formação será vivida pela criança segundo dois mecanismos: a projeção de seu mundo interior no mundo concreto, exterior; e a introjeção (incorporação) das experiências com fatos do mundo circundantes sobre sua interioridade, isto é, sua mente... O comportamento da criança resulta desse projetar-se no mundo e devorá-lo concomitantemente.” (Idem, p.20)

Para a psicanálise “as linhas que nortearão a estrutura psicológica do indivíduo são traçadas nos sete anos iniciais da existência. Durante esse período processa-se o desenvolvimento psicosssexual que será exercido na maturidade: como prática plena da sexualidade, a reprodução, a realização pessoal.” (Idem, p. 19 e 20). Assim o adulto será resultado do processo vivido na infância, por isso ela é um ponto crucial para o desenvolvimento humano e deve ser tratada de forma principal, cuidadosa e de destaque.

Para a psicanálise todo o indivíduo é resultado de três fatores, o id, o ego e superego. É junção dos três que compõe o todo do indivíduo. O id representa o inconsciente, os impulsos instintivos, a busca por prazer, a agressividade. O ego representa a consciência, o racional, o comando dos atos e objetivos. E por fim o superego que representa os valores morais, culturais e sociais, impostos aos indivíduos pelas leis, costumes, dogmas religiosos e ideais políticos. Portanto essa formação será constituída na infância que se reproduzirá na vida adulta.

Em uma análise mais detalhada da psicanálise com a visão de Carvajal (1996) temos a criança como um ser que possui três elementos característicos, o brincar, o depender e a não intimidade. A primeira característica é o brincar, no qual as crianças expõem as suas emoções, sentimentos, desejos, se revelam através do brincar. “Brincar é usar a motricidade para elaborar os conteúdos intrapsíquicos em uma atividade fora da psique, no mundo externo, e utilizando objetos externos.” Carvajal (1996, p. 44)

Se uma criança for sadia e tiver um desenvolvimento harmonioso, diante da menor situação problemática, ou afetivamente exultante ou tensa, começa a jogar com o fato que acaba de ocorrer. É por esse motivo que jogamos com as crianças quando as

analisamos ou quando fazemos psicoterapia com ela, já que elas vão nos contar, por meio dessa brincadeira com os materiais externos, o que lhes está acontecendo internamente. (Idem, p. 45)

A segunda característica é o depender que consiste no processo de independência que a criança vai conquistando ao longo do seu desenvolvimento. Esse processo consiste em que ao nascer o ser humano é totalmente dependente de outro ser humano adulto para se desenvolver. O bebê necessita de ser alimentado, cuidado e protegido pelos os que compõem o seu mundo externo. À medida que a criança conquista a independência o seu desenvolvimento vai se evoluindo, passando pela adolescência e chegando a vida adulta.

A criança está indiferenciada em sua psique e incapacitada para controlar o mundo externo de que necessita para sua sobrevivência. Por essa razão, depende de maneira absoluta e real do ambiente externo, do objeto externo, de sua mãe ou substitutos, que fornecem as funções que ela tem em potencial, mas que ainda não pôde desenvolver. (Idem, p. 49)

Portanto a partir do seu crescimento e aprendizado, a criança começa o seu desenvolvimento para conquistar a sua independência.

Esta importante vivência de onipotência o defende da possível angústia que lhe produziria sentir que é incapaz total e absoluto. Este processo de dependência real vai lentamente diminuindo na medida em que, por um lado, a função da criança vai se desenvolvendo, e por outro vai se diferenciando do objeto. (Idem, p. 50)

A terceira e última característica é a não intimidade que consiste em:

Uma criança pequena que pensa fora de si mesma, que brinca, que não expressa verbalmente seus conteúdos, não está tendo intimidade, já que suas coisas estão colocadas à luz em sua conduta motora, no seu brincar. Intimidade é manter conteúdos dentro de uma zona especial de nossa psique, sem comunicação com o mundo externo. Pelo fato de os conteúdos mentais da criança estar fora, no espaço do jogo e não no espaço intrapsíquico, ela, por princípio, não tem intimidade. (Idem, p. 53)

Essa análise observa que a criança ainda não possui a capacidade motora e racional de organizar as ideias de forma que possa assegurar a sua intimidade. A criança está ligada com as emoções, prazeres e vivência dos pais, dos que estão a sua volta, os seus gostos, os seus desejos, os seus medos são percebidos, compartilhados e vividos com os pais. Portanto a sua intimidade difere das dos adultos porque eles já possuem a capacidade elaborativa de vivência, refletir, armazenar na sua mente, pensar e expressar verbalmente. A criança pode até sentir a mesma sensação que o adulto, mas ela não sabe expressar verbalmente, como o

adulto, o que está sentindo, o seu desenvolvimento vai proporcionando a construção da sua intimidade.

2.2. A violência Sexual

A violência sexual é constituída pela junção de duas categorias, o abuso sexual e a exploração sexual, sendo as duas formas de natureza e vítimas semelhantes, só que com objetivos diferentes.

A dimensão que o abuso sexual está inserido dentro da violência é um campo vasto de categorias. De acordo com Faleiros (2008) existe a além da violência sexual e da violência psicológica e física, existem outras categorias. A violência estrutural definida como a expressão das desigualdades sociais e econômicas a qual condicionam as várias determinantes de alto índices de mortalidade e homicídios, tráfico de drogas. A violência simbólica desenvolvida por Bordieu, que é definida como a imposição cultural da classe dominante e a alienação através dos mitos e preconceitos, como os brancos são mais inteligentes que os negros. E por fim a violência institucional que é definida pelas negligências e atendimentos e serviços precários das instituições e pelos profissionais.

Assim para entender melhor o conceito de violência de forma geral Faleiros (Idem, p. 29) define como “uma relação de poder” que estabelece uma relação desigual entre os envolvidos, ressaltando que nem toda relação de poder é considerada uma relação de violência, somente quando:

O poder é violento quando se caracteriza como *uma relação de força* de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer, sexual, lucro) previamente definidos. A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus ‘ganhos’. A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade. O poder violento é arbitrário ao ser ‘autovalidado’ por quem o detém e se julga no direito de criar suas próprias regras, muitas vezes contrárias às normas legais.

Assim o abuso e a exploração sexual são considerados como uma relação de violência devido essas características. Na atualidade, existem políticas, programas, projetos e leis que orientam e determinam a defesa dos sujeitos que sofrem qualquer tipo de violência como também a prevenção e o combate dessa prática.

A violência sexual é compreendida como a utilização forçada de atividades relacionadas a prática sexual em detrimento dos direitos do outro. Assim ela pode acontecer de várias formas como demonstra Faleiros (2008, p.39):

Através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal, vagina, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionista, uso da linguagem erotizada em situação inadequada.

Assim como já mencionado o abuso e a exploração sexual se configuram da mesma natureza, mas com objetivos distintos. Sendo o abuso sexual aquele que é perpetrado no meio extra e intra-familiar no qual o agressor não utiliza essa prática para fins comerciais, somente para satisfação própria e a exploração sexual tem como o objetivo a comercialização e a obtenção do lucro através dessas práticas que podem ser realizadas por ele ou financiadas, proporcionadas e repassadas. As práticas que caracterizam a exploração sexual são prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais.

A diferenciação de intra e extra-familiar são nas situações em que tanto podem acontecer casos que os próprios genitores são os abusadores, ou a família consanguínea como avós, tios, primos, irmãos, como pessoas que compõem o contexto familiar, mas que não tem laços sanguíneos como padastros e madastras, configurando a intra-familiar.

E a extra-familiar os casos de abuso que são cometidos por pessoas que não compõem o contexto familiar, mas que fazem parte de convívio comunitário da criança, como professores, motoristas de transporte escolar, religiosos, amigos da família, vizinhos, funcionários e crianças maiores de creche, como de escolas. Assim como também existem casos de abusadores que nunca conheceram a criança e perpetram tal violência.

Os episódios de abusos sexuais, longe se serem idênticos, distinguem-se profundamente, seja pelo autor da violência sexual, seu grau de parentesco com a vítima, autoridade e responsabilidade em relação ao vitimizado, idade e sexo da vítima e do abusador, tipo de violência cometida, duração e frequência e o local em que ocorrem. (Idem, p.39)

Por meio da análise de legados da história da humanidade pode se observar que essa prática definida como violência sexual está presente na nossa sociedade desde de muitos tempos. Entretanto não era vista como essa concepção de violência e violação de direitos, mas como questão natural e cultural, até porque também não se tinha construído ainda na história da humanidade a concepções de direitos sociais de forma abrangente como é atualmente.

Na sociedade Moderna que é caracterizada pela configuração e conquista de direitos civis, políticos, sociais e ambientais. A violência sexual é uma prática que está contra os direitos, desrespeitando os. E assim como houve a construção dos direitos houve a concepções de categorias diferentes para receberem atenção e proteção especial, como são as crianças e adolescentes. Assim a Constituição Federal de 1998, no seu artigo 227, e artigo 4 do ECA definem:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com base absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Diante do exposto qualquer prática contrária a essa proposta de direitos e de proteção é considerada violação de direitos. Na configuração das violências em geral, e especialmente da violência sexual, são práticas contrárias a tal concepção. Faleiros (2008, p. 38) define melhor como a violência sexual desrespeita os direitos da criança e adolescente:

Esse tipo de violência caracteriza-se como uma violação de direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento: direito à integridade física e psicológica, ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral, sexual sadio e à proteção integral. A violência sexual no âmbito familiar é uma violação ao direito à sexualidade segura e à convivência familiar protetora.

Assim, as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, são expostas à doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e indesejada, infecções urinárias e nos órgãos genitais. Essas são algumas das consequências no campo da saúde do corpo, e da composição biológica do ser humano, em que tais sujeitos estão em processo de desenvolvimento e formação, sendo que tal fase da vida deveria ser marcada por boas experiências e acesso a informação e conhecimento sobre o seu corpo e transformações dele.

Além dessas experiências físicas negativas tem se as consequências psicológicas que podem ou não terem danos irreparáveis e marcarem o ser humano por toda a sua vida. Transformando relações sociais e gerando experiências negativas, (Idem, p. 39):

a) deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;

b) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, mãe, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; perde-se a legitimidade de autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;

c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças e adolescentes definidos socialmente, tornando-as: desumanas em lugar de humanas; negligenciantes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; desestruturadoras em lugar de socializadoras;

d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturadoras, principalmente nos abusos de longa duração e na exploração sexual comercial.

Diante da extrema importância que é proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes, esta pesquisa tem como objetivo conhecer a realidade de intervenção e identificação das dificuldades de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar como ente de composição de uma rede de proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes realiza um trabalho de intervenção e proporciona um encaminhamento e acompanhamento desses sujeitos violados para atendimentos que possam garantir que os seus direitos, que já foram violados, não sejam mais e que possam a partir de então ter acesso a uma vida digna com seus direitos respeitados. Recebendo atendimento adequado para a diminuição das consequências negativas das violências sofridas.

Na legislação brasileira o enfrentamento da violência sexual acontece sob a orientação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, que foi elaborado em Junho de 2000, pela mobilização social com a participação da sociedade civil, órgãos e instituições governamentais e não governamentais e organismos internacionais, por meio de um encontro nacional que aconteceu em Natal (RN).

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil é um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas

fundamentais para assegurar a proteção integral à crianças e ao adolescentes em situação ou risco de violência sexual.³

Este plano foi elaborado com a perspectiva de subsidiar as políticas e programas para que possam viabilizar o enfrentamento da violência sexual. Na perspectiva de reduzir os casos de violência sexual, bem como de proporcionar atendimento de qualidade às vítimas e as suas famílias. O plano apresenta metas, prazos parcerias a serem realizadas para essa finalidade. O objetivo geral e os específicos do plano são descritos como:

Estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

- Realizar investigação científica, visando compreender, analisar, subsidiar e monitorar o planejamento e a execução das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Garantir o atendimento especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual consumida;
- Promover ações de prevenção, articulação e mobilização, visando o fim da violência sexual;
- Fortalecer o sistema de defesa e de responsabilização;
- Fortalecer o protagonismo Infanto-Juvenil.

O plano está estruturado em seis eixos estratégicos que são: 1) análise da situação; 2) mobilização e Articulação; 3) defesa e Responsabilização; 4) atendimento; 5) prevenção; 6) protagonismo infanto-juvenil.

O plano proporcionou a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, responsável pelo monitoramento da implementação do plano, além da formação da Comissão Intersetorial, que é responsável pela articulação, sugestão e apoio de ações para o enfrentamento à violência sexual, composta por ministérios do governo federal, organismos internacionais e representantes da sociedade civil. O acompanhamento das ações fica a cargo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dos Conselhos de Direitos Estaduais, Distrital e Municipais.

³ Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Coleção Garantia de Direito, Série Subsídios, Tomo V. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. 3ed. Brasília, 2002.

As ações que podem ser citadas como produtos da implementação do Plano foram as criações de delegacias e Varas especializadas em crimes contra às crianças e adolescentes, e dos serviços psicossociais. A instalação de Conselhos dos Direitos aproximadamente em 90% dos 5565 municípios brasileiros, e 98% possuem Conselhos Tutelares.

Este plano está em consonância com o compromisso político que o governo brasileiro firmou no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizada em Estocolmo. A implementação do Plano proporcionou acontecer no Brasil o III Congresso de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 2008 no Rio de Janeiro. Um dos resultados relevantes desse congresso foi a elaboração da “Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para a Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, que reuniu recomendações e compromissos a serem adotados pelos países para combater a pornografia infanto-juvenil na internet e o tráfico de pessoas.

Nas comemorações do dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual, 8 de maio de 2011, foi entregue uma proposta de dezoito modificações ao Plano elaborados pelo Comitê Nacional de Enfrentamento. A proposta é de revisar pontos importantes para as ações para que a viabilização do combate à violência sexual seja mais efetivo, portanto o Plano atualmente está em revisão.

Uma das ações do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes, inspirado no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, é a formulação do Disque 100.

O Disque 100 é um serviço de comunicação destinado a denúncias anônimas sobre as violações de direitos humanos sofridos pela população brasileira. Esse número pode ser utilizado em todo o território brasileiro, também podem ser realizadas denúncias internacionais por meio do número 55 61 32128400. Outros meios de denúncias são o site www.disque100.gov.br e o e-mail disquedenuncia@sdh.gov.br.

Como o nome menciona a ligação para o número 100 permite a verificação da denúncia e o encaminhamento para as autoridades e órgãos competentes para cada categoria de violação. Assim as denúncias passam por triagem e são repassadas, por exemplo, aos Conselhos Tutelares e Delegacias.

O órgão competente que coordena o funcionamento do Disque 100 é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A trajetória do Disque 100 começa em 1997 quando o serviço de denúncias tinha outra nomenclatura, e um diferente número do atual, e

sendo coordenado por uma organização não governamental. A partir de 2003 a coordenação passou a ser de responsabilidade estatal, com a criação da Secretaria de Direitos Humanos vinculada à Presidência da República. Os serviços do Disque 100 funcionava com uma parceria do Ministério da Saúde e Ministério do Turismo.

Uma parceria do Centro de Referência, Estudos, e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) com a Petrobras ocorre em 2004. O Disque Denúncia responde às demandas do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Em 2006 que o disque recebe essa denominação de Disque 100.

O Disque 100 tem se tornado uma importante ferremante de denúncias e combate as violências sexuais sofridas pelas crianças e adolescentes. Evidenciado pelo crescente aumento de denúncias. Contribuiu para a mobilização e conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes, sendo a denúncia e o seu devido encaminhamento e intervenção, uma possibilidade de proteção a esses sujeitos.

A partir de 2010, além das denúncias das violações de direitos das crianças e adolescentes, outras categorias foram acrescidas, englobando assim a violação dos direitos humanos. A violência contra idoso, contra pessoas com deficiência, contra a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), as denúncias de trabalho escravo infantil, e exploração sexual de crianças e adolescentes, as formas de discriminação e violência étnico-racial, são violações dos direitos humanos que podem ser denunciadas pelo serviço de Disque 100. Entre outras várias categorias além das citadas, a violação dos direitos humanos a que alvo desta pesquisa é a violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.3. A relação da violência sexual com o Serviço Social

A violência é configurada como uma forma de imposição de poder de um indivíduo que interfere nos direitos do outro, e como uma forma de deterioração das condições da dignidade humana. Nas configurações atuais são formuladas a garantia e proteção dos direitos sociais, políticos, civis e ambientais para a vida humana, e a violência é uma forma de impedimento de garantia destes direitos humanos.

Assim a violência sexual, como um dos tipos das variadas violências, se configuram como violações de direitos. Sendo as crianças e adolescentes protegidos pela nova configuração de garantia e sujeitos de direitos. A violência sexual contra crianças e adolescentes são violações de direitos desses sujeitos.

Na perspectiva atual da concepção de garantia, defesa, luta e ampliação de direitos para a vida digna do ser humano, as violações de direitos nas suas diversas faces, trabalhistas, sanitárias, educacionais, habitacionais se configuram como expressões da questão social. Direitos que foram conquistados por meio de um processo de construção histórica de lutas e transformações sociais. A violência sexual se insere como uma das violações de direitos, na perspectiva da concepção atual de garantia de direitos para crianças e adolescentes, a violações de direitos se configura como uma das expressões da questão social.

As respostas que a intervenção do assistente social tem para lidar com o enfrentamento da questão social é a garantia de direitos sociais. O assistente social é um dos componentes que estão inseridos na luta para defesa dos direitos já conquistados, assim como para a sua ampliação, mas que não só é uma atribuição sua, mas de várias categorias que compõe uma sociedade contra ideologias contrárias aos direitos sociais como um bem social e universal. Iamamoto (2001) descreve com essa relação é conflituosa na sociedade de estratégias para o enfrentamento da questão social:

As estratégias para o enfrentamento da questão social têm sido tensionadas por projetos sociais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas e que convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições de trabalho do assistente social (Oliveira e Salles, 1998; Bravo, 1996; Pereira, 1998 apud Iamamoto, 2001).

Assim a violência sexual se configura como uma violação de direitos, e o assistente social como profissional que tem por atribuição a garantia de acesso aos direitos sociais, o trabalho de encaminhar e orientar as vítimas, e garantir o acesso aos seus direitos que estão sendo desrespeitados.

A violência sexual possui uma trajetória histórica anterior à denominação da “questão social”. Ao analisar os contextos sociais e culturais das civilizações antigas e do século XVI e XVII, pelos relatos escritos do médico particular, Heroard, de Luís XIII⁴, pode-se observar que as práticas sexuais com crianças eram comuns. Os contextos sociais desses períodos não

⁴ Capítulo 5 Do despudor à inocência em História social da criança e da família de Philippe Ariés. No qual apresenta ejaculações e masturbações do príncipe quando criança e que ao chegar à adolescência se tornava atitudes e assuntos não mais aceitos.

tinham a concepção de proteção integral à infância que foi construída ao longo da história como explicitado no capítulo 1.

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na História, mais reduzido o nível de cuidados com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente. (Demauxe, 1975 apud Faleiros, 2008, P. 16)

A relação do assistente social com o Conselho Tutelar é semelhante, pois os dois provêm à garantia de acesso aos direitos da criança e adolescentes. O profissional e o órgão possuem atribuições distintas, mas com princípios iguais que é o respeito aos direitos. Enquanto o assistente social trabalha de uma forma mais ampla para garantia de direitos dentro da sociedade, o Conselho Tutelar trabalha de uma forma mais específica, com um público da sociedade, mais específico.

De acordo com a dimensão e dinâmica de trabalho dos conselheiros tutelares pode ser requisitado os serviços de assistentes sociais para a intervenção, pois o assistente social possui em sua característica profissional uma visão mais ampla do contexto social, da formação das estruturas sociais e das relações sociais, e existem atividades que são atribuições específicas do assistente social, como parecer técnico e a realização de um estudo social.

O Conselho Tutelar é órgão que presta um serviço de intervenção e acompanhamento das situações que se configuram como uma violação dos direitos das crianças e adolescentes. Esse serviço está inserido em contexto de participação social e responsabilidade do Estado na garantia de provimento de políticas sociais, pois o financiamento de recursos humanos e estruturais é de responsabilidade da federação.

Ao analisar as dificuldades de intervenção de trabalho dos Conselhos Tutelares de Ceilândia frente aos casos de abuso sexual, pode se constatar a precariedade, mostrando a realidade dos serviços e políticas públicas. Essa problemática se torna relevante na medida em que as políticas sociais são ameaçadas por ideologias contrárias à universalidade, gratuidade, equidade e qualidade dos serviços públicos e das políticas sociais.

Para uma compreensão melhor de qual é essa ideologia é necessário um resgate da origem da questão social que possibilita a visão mais ampliada de luta de interesses entre classes e manutenção do sistema capitalista a qual nossa sociedade está inserida.

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas

expressões condensam múltiplas desigualdades, *mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho –, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania* (IANNI, 1992 apud Iamamoto, 2008), no embate pelo *respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos*. (p.120)⁵

O Serviço Social surgiu no contexto das transformações que a sociedade ocidental estava passando, com a implementação da sociedade salarial. Depois de séculos de um modelo de produção feudal e de organização social e econômica pautados em uma soberania religiosa e na dominação da classe social da nobreza. A era Medieval foi marcada pela maioria da população vivendo no campo, estabelecendo uma coesão social. Devido a vários fatores, dentre eles a Revolução Industrial, esse modelo foi substituído pelo modo de produção capitalista. De acordo com Netto (2001) “Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial”. Esse período que possibilitou uma maior produção e geração de lucro através da mais-valia⁶ e de um maior aumento no consumo e conquista por novos mercados.

O Serviço Social surge nesse período como uma profissão a se somar nos esforços a conseguir manter ordem social frente às várias demandas de conflitos gerados pela desigualdade de distribuição de riqueza. Surge nesse período a pauperização da população.

Diante das várias reivindicações dos operários das fábricas, de péssimas condições de trabalho e de sobrevivência, surge a denominação de tal contexto de “questão social” que significa não somente as condições desumanas e exploradoras de trabalho daquela época, mas

⁵ IAMAMOTO, M. V. Mundialização do Capital, “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 21, 2008 Texto-base da conferência proferida no 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: A questão social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social. Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil, em 28 de outubro a 02 de novembro de 2007. Mesa de encerramento: 70 anos de Serviço Social no Brasil: lutas, atuação profissional e desafios. Este texto é parte do projeto de pesquisa: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2003-2006), com aprovação e financiamento do CNPq e do Programa PROCiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

⁶ Conceito desenvolvido por Karl Mark na sua produção O Capital, Crítica da Economia Política, livro 1, volume 1 O Processo de Produção do Capital, capítulo IV, seção III. Esse conceito desenvolvido por Mark diz que o tempo e a produção do trabalhador se dividem em horas ou quantidade em menor proporção para a garantia de seu salário e a outra parte em maior proporção para a geração de lucros para o capitalista.

ao novo estilo de vida e organização social que não estava organizadp, devido às novas transformações de migração do campo e formação de grandes cidades. Assim Iamamoto (2001, p. 11) considera a questão social como sendo “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas.”

A expressão “questão social” é estranha ao universo, tendo sido cunhada por volta de 1830 (Stein, 2000 apud Iamamoto, 2001). Historicamente foi tratada sob o ângulo do poder, vista como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava à ordem instituída. Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista. Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – históricas – econômicas – de produção específica. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações contraditórias e formas sociais através dos quais se expressam.

Desde de então o Serviço Social passou por várias transformações, o que possibilitou atualmente ser uma profissão não mais de alienação e subordinação, mas de apoio às lutas sociais em defesa do trabalhador. É dentro dessa nova lógica de democracia, direitos humanos, liberdade, igualdade e universalidade que o Serviço Social se insere como profissão na divisão social do trabalho.

A sociedade atual é configurada por concepção de direitos, de democracia, de participação social, de universalidade, de responsabilidade do Estado na garantia de direitos sociais, de uma proteção social como respostas as desigualdades geradas à exploração do capital no trabalho. Portanto a noção de direitos se remete uma noção de conquista de garantias, defesas e ampliações e não de diminuições de direitos. Assim define Iamamoto (2001):

O primeiro projeto, de caráter universalista e democrático, informa a concepção da seguridade na Constituição Federativa de 1988. Aposta no avanço da democracia, fundado nos princípios da participação e do controle popular, da universalização dos direitos, garantindo no acesso aos serviços, a integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da equidade. Pensar na defesa dos direitos, requer afirmar a primazia do Estado – enquanto instância fundamental à sua universalização – na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização e a democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Implica partilha e deslocamento de

poder, combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação. Supõe, portanto politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados. (p. 22)

Depois de um longo processo histórico de conquista de direitos sociais, a sociedade vê seus direitos ameaçados pela lógica neoliberal de focalização e precarização dos serviços público e das políticas sociais. Diante dessa trajetória a chamada ofensiva neoliberal que se remete a uma nova configuração do liberalismo, que defendia a participação mínima do Estado nas relações econômicas e sociais. O neoliberalismo vem com uma roupagem de privatização, diminuição de gastos públicos, ou melhor, essa lógica defende essa questão do investimento no social de gasto que deve ser cortado, pois representa um mal para o bom funcionamento e geração de menos despesas.

A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (Grassi, et al, 1994 apud, Iamamoto, 2001). A proposta é reduzir despesas (e em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringe meios financeiros, materiais e humanos para a implementação dos projetos. (Idem, p.20)

Diante dessa lógica em que a sociedade vêem seus direitos sendo consumidos e transformados em perdas, surge a relevância de analisar os impactos dessa lógica nas políticas sociais, nos serviços que a sociedade vem recebendo.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento a crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornando-se limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. (Behring e Boschetti, 2008 p. 156)

O combate e a prevenção da violência sexual infantil sendo uma das políticas sociais para a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Faz-se necessário identificar quais os investimentos está sendo direcionados para a garantia de direitos desses sujeitos. Quais são os tratamentos dados para essa expressão da questão social que é a violência sexual contra crianças e adolescentes.

CAPÍTULO III - OS CONSELHOS TUTELARES DE CEILÂNDIA

3.1. Atribuições competências dos Conselhos Tutelares

A constituição do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é uma inovação trazida pelo ECA na configuração de garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O Conselho Tutelar é um dos componentes do SGD, que juntamente com outros atores formam um sistema que tem como objetivo a maior viabilização dos direitos desses sujeitos por meio de ações conjuntas e integradas. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos esse sistema está definido da seguinte forma:

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e o do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Diante dessa perspectiva o SGD está estruturado em três eixos temáticos, que tem como princípio garantir um melhor funcionamento desse sistema e assim atingir o seu o objetivo que é a maior viabilização dos direitos das crianças. Os três eixos são o da defesa, o da promoção e o do controle e efetivação, definidos da seguinte forma pela Secretaria de Direitos Humanos⁷ em consonância com a resolução N^o 113, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda):

Eixo da Defesa dos Direitos Humanos: os órgãos públicos judiciais; ministério público; especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais da justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; **conselhos tutelares**; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Eixo da Promoção dos Direitos: A política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através de três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

⁷ Página eletrônica virtual da Secretaria de Direitos Humanos acessada em 23/08/2012

Eixo do Controle e Efetivação do Direito: realizado através de instâncias públicas colegiadas próprias, tais como: 1) conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; 2) conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; e 3) os órgãos e os poderes de controle social interno e externo definidos na Constituição Federal. Além disso de forma geral, o controle é exercido soberanamente pela sociedade civil, através das suas organizações e articulações representativas.

O Conselho Tutelar está inserido no eixo da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. A definição de Conselho Tutelar de acordo com o artigo 131 do ECA é :

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

De acordo com a definição da Secretaria da Criança⁸:

O Conselho Tutelar é um órgão público, permanente e autônomo encarregado de zelar pelos direitos de crianças e adolescentes que se encontrem em situação de negligência, abandono, maus-tratos, crueldade, discriminação, abuso, exploração ou qualquer outra situação que configure violação de direitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei que estabeleceu o Conselho Tutelar, qualquer criança que estiver em simples ameaça das condições acima, deve haver comunicação e encaminhamento para o Conselho Tutelar da cidade.

A criação do Conselho Tutelar está condicionada as lei nº 8.242/91, de 12/10/91, e ao art. 132 do ECA, que determina a criação de Conselhos Tutelares em cada cidade ou município. A Resolução 75 de 22 de outubro de 2001, emitida pelo Conanda, diz:

O Conanda recomenda a criação de um Conselho Tutelar a cada 200 mil habitantes, ou em densidade populacional menor quando o município for organizado por Regiões Administrativas, ou tenha extensão territorial que justifique a criação de mais de um Conselho Tutelar por região, devendo prevalecer sempre o critério da menor proporcionalidade.

O Conselho Tutelar não é uma organização não governamental de serviço voluntário, é um órgão ligado ao poder executivo, em que os seus membros recebem uma função pública. Os Conselhos Tutelares do DF já estiveram subordinados a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest) e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejus), e atualmente está vinculado à Secretaria de Estado da Criança do governo do Distrito Federal (Secras/GDF).

⁸ Página eletrônica virtual da Secretaria da Criança.

De acordo com o artigo 136 do ECA, são atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no [art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal](#);

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. [\(Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#)
[Vigência](#)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. [\(Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009\)](#) [Vigência](#)

Art. 137. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Os Conselhos Tutelares têm autonomia para realizarem intervenção e tomarem medidas emergenciais. As medidas aplicadas pelos conselheiros devem ser de acordo com a aprovação da maioria do colegiado dos cinco conselheiros eleitos.

Com o conhecimento sobre as atribuições e as possíveis medidas a serem aplicadas de acordo com a competência dos conselheiros, eles terão embasamento de discernir quais medidas estão sob as suas responsabilidades e quais são exclusivas dos órgãos judiciários. De acordo com o ECA as medidas possíveis a serem aplicadas pelos conselheiros são:

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - acolhimento institucional;

Em relação ao inciso VII, cabe um esclarecimento. Essa medida de acolhimento institucional pode ser aplicada pelo conselheiro, mediante a gravidade das situações de violações de direitos que se configuram como emergenciais, face à impossibilidade de se comunicar com os órgãos judiciários previamente. Diante disso, posteriormente os Conselhos Tutelares comunicaram as autoridades competentes justificando a medida, que será avaliada, e sujeita a ser revogada ou confirmada. Assim existe a possibilidade de ser revogada, pois o juiz pode fazer outras deliberações, entre elas, a volta das crianças à família de origem.

Portanto, as intervenções que os conselheiros realizam que são de competência dos órgãos judiciais, devem ser notificadas por meio de relatórios para o Ministério Público e ao poder Judiciário, que acompanharão o processo e deliberarão sobre ele. Há medidas que somente esses órgãos poderão realizar, e cabendo ao Conselho Tutelar somente o acompanhamento, a execução e o fornecimento de relatórios.

As atividades realizadas pelo juiz estão descritas no Título VI, dos artigos 141 ao artigo 199, do ECA. Resumidamente são a sentença de suspensão ou destituição do poder familiar, a reintegração familiar, como também o seu afastamento, conhecer as representações do MP, conhecer as irregularidades das entidades de atendimento, delibera sobre a autorização de crianças e adolescentes em locais públicos, deliberar sobre medidas e sentenças de atos infracionais de crianças e adolescentes.

Ao Ministério Público (MP) cabe a função de fiscalizar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes pelos órgãos competentes. Suas atividades estão descritas nos artigos 200 ao 205 do ECA. Assim as deliberações do juiz passam pela fiscalização e acompanhamento e determinação do MP.

Além da sua relevância para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes os Conselhos Tutelares também são importantes como espaço público de participação social. São eleitos pela população cinco conselheiros e cinco suplentes, que não exercem mandato, embora aguardem a convocação diante da necessidade. Os conselheiros são pessoas eleitas pela população que irão exercer o mandato por um período de 4 anos, podendo ser eleito novamente por mais um mandato. Servidores públicos podem se candidatar, sendo resguardado o direito de retorno ao cargo de origem quando acabar o mandato, de acordo com a lei 4451, do DF.

O processo de escolha dos conselheiros deve ser conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA) e fiscalizado pelo Ministério Público. No caso do Distrito Federal, o Conselho de Direito das Crianças e Adolescentes (CDCA). A participação da população na eleição é facultativa, de voto secreto e direto. Para que seja garantido da melhor forma a eleição, o CMDCA pode solicitar o empréstimo das urnas eletrônicas para o Tribunal Regional Eleitoral, que deve proporcionar um apoio técnico para a utilização do equipamento e realização da eleição.

O Conselho de Direitos é um órgão deliberativo, também importante na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. O Conselho de Direitos, que é formado por representantes do governo e da sociedade civil. Ele é responsável pela fiscalização e monitoramento das políticas para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, com a

tarefa de atuar no sentido de garantia do cumprimento da prioridade de atendimento a esses sujeitos. Entre as atribuições do Conselho de Direitos descritos na página eletrônica⁹ são:

- Formular as diretrizes para a política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em âmbito federal, estadual e municipal, de acordo com suas respectivas esferas de atuação;
- Fiscalizar o cumprimento das políticas públicas para a infância e à adolescência executadas pelo poder público e por entidades não-governamentais;
- Acompanhar a elaboração e a execução dos orçamentos públicos nas esferas federal, estadual, distrital e municipal, com o objetivo de assegurar que sejam destinados os recursos necessários para a execução das ações destinadas ao atendimento das crianças e adolescentes;
- Conhecer a realidade do seu território de atuação e definir as prioridades para o atendimento da população infanto-juvenil;
- Definir, em um plano que considere as prioridades da infância e adolescência de sua região de abrangência, a ações a serem executadas;
- Gerir o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), definindo os parâmetros para a utilização dos recursos;
- Convocar, nas esferas nacional, estadual e municipal, as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Promover a articulação entre os diversos atores que integram a rede de proteção à criança e ao adolescente;
- Registrar as entidades da sociedade civil que atuam no atendimento de crianças e adolescentes.

Os conselheiros durante a vigência do seu mandato são considerados funcionários públicos, que estão sujeitos às legislações de compromisso ético e profissional, assim como estão sujeitos às punições em casos de negligências e omissões.

Os conselheiros possuem direito a remuneração, as férias anuais remuneradas que só podem ser tiradas um conselheiro por vez, para que sempre tenha a atuação majoritária dos

⁹ Página eletrônica virtual www.direitosdacrianca.org.br divulgada em 23/07/2012

eleitos, sendo convocado um suplente para as férias, e assim garantir sempre a atuação de cinco conselheiros como determina a lei e não fique prejudicado o atendimento. Os conselheiros também têm o direito de participação e contribuição no regime geral da Previdência Social.

É importante ressaltar que embora o pagamento de salário dos conselheiros, como também a designação de servidores públicos técnico-administrativos, seja realizado pelo poder executivo, os conselheiros tutelares não estão sujeitos a vínculos empregatícios de subordinação, visto que este vínculo é meramente administrativo-burocráticos. Assim os Conselhos possuem autonomia de suas funções. De acordo com a Resolução Nº 75, de 22 de outubro de 2001, do Conanda:

Art. 5o O Conselho Tutelar, enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, não se subordina aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, ao Poder Judiciário ou ao Ministério Público.

Art. 6o O Conselho Tutelar é órgão público não jurisdicional, que desempenha funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sem integrar o Poder Judiciário.

O pagamento dos salários dos conselheiros tutelares está previsto na lei nº. 8.069/90 - ECA como um valor eventual, porém a Resolução 75, do Conanda, determina que visando que as demandas complexas que os conselheiros receberam como também a dedicação exclusiva e tempo integral, a remuneração deva contemplar que o conselheiro possa se dedicar ao trabalho. Não há padrão do valor do pagamento da remuneração, mas o Conanda orienta o pagamento em comparação aos altos escalões do governo. No edital de eleição de 2012-2015 no DF, o salário está estipulado em R\$ 2900,00.

Na lei 4451, do DF, esclarece que os servidores públicos que foi eleito para a função de conselheiro tutelar pode se ausentar para o período do mandato e depois retornar para o seu cargo quando acabar o mandato, sendo esse período também contabilizado para o tempo de serviço e a garantia da manutenção de benefícios e remuneração de sua função.

A legislação determina que o município tenha que garantir uma equipe técnica administrativa para auxiliar os conselheiros, designando alguns de seus servidores para atividade permanente, visto que esta equipe recebe a função exclusiva de subsidiar o Conselho Tutelar. Essa equipe é extremamente importante para o bom funcionamento do Conselho Tutelar, pois os conselheiros têm a missão de se ocupar de questões prioritárias à

garantia dos direitos das crianças e adolescentes, não podendo se ocupar necessariamente de questões administrativas.

As condições físicas e estruturais também são de responsabilidade do município, no caso do Distrito Federal, do poder executivo do governador. Essas condições são as locais, o espaço físico, salas com o fornecimento de cadeiras, mesas, computadores, armários; o pagamento de contas de energia elétrica e água potável, o fornecimento e pagamento de linhas telefônicas que possibilitem ligações nacionais e internacionais para telefones móveis e fixos; a disponibilidade de utilização de automóveis para as visitas.

A organização da estrutura física do Conselho Tutelar tem que respeitar as condições de garantir salas com privacidade para os usuários bem como a acomodação da população que espera por atendimento. Além de abarcar as condições mínimas de higiene e salubridade tanto para os usuários como os conselheiros e funcionários.

O Conselho Tutelar além das suas obrigações com os direitos das crianças e adolescentes, também tem como atribuição, o conhecimento sobre os recursos destinados ao seu funcionamento, que incluem tanto o pagamento de salários como despesas do Conselho, por isso os conselheiros podem participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), plano orçamentário. Com essa participação os conselheiros irão conhecer quais serão os recursos e garantir que eles realmente sejam destinados a esse fim.

Os recursos financeiros destinados ao Conselho Tutelar é uma obrigação determinada pelo ECA, assim como os investimentos devem ser prioritários para a proteção da infância e garantias de direitos das crianças e adolescentes respaldadas pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada pelo ECA. Diante da perspectiva da descentralização os governos têm que garantir no seu orçamento os recursos destinados aos projetos, políticas e programas que viabilizam a proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, como fará o governo Estadual, Municipal e Distrital, considerando as condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares.

3.2. *Dados estatísticos*

De acordo com a tabela 1, abaixo descrita, o Conselho Tutelar de Ceilândia Norte em 2012 apresentou a maior quantidade de atendimento registrado no DF, os casos de acompanhamento (23 %), e os casos de abuso sexual situados na quarta posição com 8 %.

De acordo com a tabela abaixo, a maior demanda para o Conselho Tutelar de Ceilândia Norte é o acompanhamento dos casos que já foram atendidos e retornam (23%). Esse acompanhamento consiste no conjunto de todos os tipos realizados por este Conselho Tutelar. Portanto, vale destacar que os dados disponibilizados por este Conselho não permite identificar quais violações foram acompanhadas por esta instituição.

Os dados que poderiam fornecer a possibilidade de analisar os casos que foram acompanhados estão descritos no livro ou nos processos. O acesso a esses registros não foi possível de ser disponibilizado.

A forma pela qual se faz o registro dos atendimentos consiste na descrição em um livro do tipo de atendimento, da identificação do número do processo e o nome do usuário que correspondem ao caso. Na descrição do tipo de atendimento classificado como acompanhamento não há a especificação da violação que retorna, mas apenas do registro do número do processo e da nomenclatura acompanhamento. Portanto, para se verificar quais violações que retornaram tem que se consultar o processo que reúne os documentos e relatórios.

A constatação de uma taxa de 23% de acompanhamento de casos do total de 1406 casos atendidos pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte em 2012, mostra que caberia um controle mais sistemático de quais e porque tais demandas estão retornando, ou se essa taxa é a esperada pelas particularidades dos casos. Que determinantes poderiam explicar esta questão? Quais medidas podem ser tomadas? Quais melhorias e alternativas podem ser realizadas?

**Tabela 1 - Tipo e quantidade de atendimento realizado pelo Conselho de Ceilândia
Norte - 2012**

<i>Tipo de atendimento</i>	<i>Quantidade absoluta</i>	<i>Quantidade relativa</i>
Acompanhamento	326	23 %
Evasão escolar	219	15 %
Negligências	197	14 %
Abuso sexual	116	8,25 %
Maus tratos	67	4,7 %
Violência física e psicológica	65	4,6 %
Orientações	64	4,5 %
Solicitação de Vaga para Creche	64	4,5 %
Solicitação de Vaga escolar	56	3,9 %
Situação de risco	53	3,7 %
Comportamento inadequado	41	2,9 %
Encaminhamento médico e psicológico	39	2,7 %
Conflito Familiar	32	2,2 %
Inclusão em Programas Sócio Educativos	28	1,9 %
Drogas	10	0,7 %
Exploração de Trabalho Infantil	06	0,4 %
Fuga do lar	06	0,4 %
Pedido de Guarda	04	0,28 %
Desaparecimento	04	0,28 %
Abandono	02	0,14 %
Evasão hospitalar	01	0,07 %
Cárcere privado	01	0,07 %
Reconhecimento paternidade	01	0,07 %
Acolhimento Institucional	01	0,07 %
Denúncia contra escola	01	0,07 %
Certidão de nascimento	01	0,07 %
Liberação e acompanhamento de alta hospitalar para adolescente maternidade	01	0,07 %
Total	1406	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Norte

De acordo com a tabela 2 abaixo, o Conselho Tutelar de Ceilândia de Sul apresentou a maior quantidade de atendimentos de forma geral os casos de pedidos em vaga de creche, com 28 % e o abuso sexual ocupando a oitava posição com 3,4 %.

Tabela 2 - Tipo e quantidade de atendimento realizado pelo Conselho de Ceilândia Sul - 2012

<i>Tipo de atendimento</i>	<i>Quantidade absoluta</i>	<i>Quantidade relativa</i>
Solicitação de vaga creche	90	28,3 %
Acompanhamento Psicológico	64	20 %
Negligência	24	7,5 %
Comportamento inadequado	22	6,9 %
Dificuldades escolares	22	6,9 %
Conflito familiar	16	5 %
Guarda judicial	12	3,7 %
Suspeita de Abuso sexual	11	3,4 %
Solicitação de vaga escolar	11	3,4 %
Evasão escolar	09	2,8 %
Ato Infracional	08	2,5 %
Maus tratos	08	2,5 %
Violência Física	08	2,5 %
Situação de risco	06	1,8 %
Abandono	02	0,63 %
Atividade extra escolar	02	0,63 %
Transferência escolar	02	0,63 %
Total	317	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Sul

Pode-se observar que o Conselho Tutelar de Ceilândia Norte possui praticamente quatro vezes mais quantidade de atendimentos, com 1406 registros em relação ao Conselho Tutelar de Ceilândia Sul que possui 317 registros. Esta proporção pode ser explicada pelo fato de o primeiro ser responsável pela parte mais populosa da cidade, enquanto o segundo é responsável pela parte com menos concentração de pessoas.

A contribuição do serviço de denúncias do Disque 100 é possível de ser analisada apenas nos dados disponibilizados pelo Conselho de Ceilândia Norte no ano de 2012, pois a forma de registro deste Conselho permitiu a coleta de dados que possibilitou essa análise. Portanto, o Disque 100 apresentou uma maior contribuição com 63 % de denúncias de casos de abusos sexuais atendidos pelo Conselho de Ceilândia Norte no ano de 2012, de acordo com a tabela 3 abaixo, descrita.

Tabela 3 – Relação de origens das denúncias de abuso sexual do Conselho Tutelar de Ceilândia Norte - 2012

<i>Origens das denúncias</i>	<i>Quant. absoluta</i>	Quant. relativa
Disque 100	74	63, 7 %
Outros: hospitais, delegacias e de denúncias apresentadas diretamente no Conselho	42	36, 2 %
Total	116	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Norte

No ano de 2012, o Conselho Tutelar de Ceilândia Norte registrou 74 casos de abusos sexual oriundos, do Disque 100. No ano de 2011 foram registrados 32 casos de abuso sexual atendidos neste Conselho, e de acordo com os dados disponibilizados não foi possível identificar qual a contribuição do Disque 100. Entretanto pode-se analisar que houve um aumento de casos de abuso sexual do ano de 2011 para 2012.

No Conselho Tutelar de Ceilândia Sul não é possível identificar a contribuição do Disque 100 para os casos de abuso sexual atendidos. No ano de 2012 este Conselho disponibilizou a informação que houve o registro de onze casos de abuso sexual atendidos e no ano de 2012 apresentou o registro de vinte oito. Diante disso pode-se analisar que houve um decréscimo do ano de 2011 para 2012.

De acordo com a tabela 4 descrita abaixo, pode-se analisar o abuso sexual em relação aos tipos de violências atendidas pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte no ano de 2012. O abuso sexual se situa na segunda posição com 21 % dos casos de violência, perdendo apenas para negligência com 35 %.

As tabelas 4 e 5 descritas abaixo, mostram os indicadores de violências das demandas de atendimentos nos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul.

Tabela 4 – Quantidade e tipo de violências atendidas pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte - 2012

<i>Tipos de violências</i>	<i>Quant.</i>	Quant.
	<i>Absoluta</i>	Relativa
Negligências	197	35,8 %
Abuso sexual	116	21,1 %
Maus tratos	67	12,2 %
Violência física e psicológica	65	11,8 %
Situação de risco	53	9,6 %
Conflito familiar	32	5,8 %
Drogas	10	1,8 %
Exploração do trabalho infantil	06	1 %
Abandono	02	0,36 %
Cárcere privado	01	0,18 %
Total	549	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Norte

A análise da tabela 5, abaixo descrita, o indicador de violência do registro do Conselho Tutelar de Ceilândia Sul no ano de 2012 aponta a Negligência (32%), e o Conflito familiar (21%), e o abuso sexual na terceira posição com 14 %.

Tabela 5 – Quantidade e tipos de violências atendidas pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Sul - em 2012

<i>Tipos de violência</i>	<i>Quant. Absoluta</i>	<i>Quant. Realtiva %</i>
Negligência	24	32 %
Conflito familiar	16	21 %
Suspeita de Abuso sexual	11	14 %
Maus tratos	08	10 %
Violência Física	08	10 %
Situação de risco	06	8 %
Abandono	02	2,6 %
Total	75	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Sul

A análise dos registros dos atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte, na perspectiva da relação com outras políticas e ações que colaboram para o enfrentamento da violência sexual, descritos na tabela 6 abaixo, mostram que as orientações (25%) e solicitação em vaga para creche (25%) representam o primeiro lugar, seguidas da solicitação de vaga escolar (22%).

Tabela 6 – Quantidade e tipos de atendimentos realizados que contribuem para o enfrentamento da violência sexual pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Norte 2012.

<i>Tipos</i>	<i>Quant.</i> <i>Absoluta</i>	Quant. Relativa%
Orientações	64	25 %
Solicitação em vaga para creche	64	25 %
Solicitação de vaga escolar	56	22 %
Encaminhamento psicológico e médico	39	15 %
Inclusão em programas socio-educativos	28	11 %
Total	251	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Norte

De acordo com análise dos atendimentos que auxiliam no combate à violência sexual realizados pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Sul, pode-se verificar que a solicitação de vaga em creche representa o primeiro lugar (53%), seguidos do acompanhamento psicológico (37%).

Tabela 7 – Quantidade e tipos de atendimentos realizados que contribuem para o enfrentamento da violência sexual pelo Conselho Tutelar de Ceilândia Sul - 2012.

<i>Tipos</i>	<i>Quant.</i> <i>Absoluta</i>	Quant. Relativa%
Solicitação de vaga creche	90	53,3 %
Acompanhamento Psicológico	64	37,8 %
Solicitação de vaga escolar	11	6,5 %
Atividades extra escolar	02	1,18 %
Transferência escolar	02	1,18 %
Total	169	100 %

Fonte: Conselho Tutelar de Ceilândia Sul

Vale esclarecer algumas considerações sobre os tipos de atendimentos classificados como orientações e solicitação em vaga escolar e creche, descritos nas tabelas 6 e 7 acima.

As orientações são atendimentos realizados, de acordo com a fala dos entrevistados, que apresentaram demandas sobre várias questões e não necessariamente estão relacionados as questões sobre violência sexual.

A solicitação de vaga em creche e solicitação em vaga escolar, de acordo com a fala dos entrevistados, são demandas que estão relacionadas à falta de vagas nesses serviços de educação. Com a aplicação da medida a pessoa acaba tendo preferência, subindo de posição na fila de espera da oferta de vagas.

Diante da função do Conselho Tutelar na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, os conselheiros aplicam medidas que visam proteger as crianças das violações sofridas e inseri-las em serviços que proporcionam o atendimento das suas demandas. Para o abuso sexual que é alvo do estudo foi descrito no item 3.3 os encaminhamentos e procedimentos adotados pelos dois Conselhos Tutelares de Ceilândia para o enfrentamento da violência sexual.

Para o enfrentamento da violência sexual a articulação com outras políticas se faz necessário. A ação conjunta das várias políticas proporciona mais interação e mobilização para a eficácia, eficiência e efetividade dos objetivos e finalidades dos programas e políticas sociais.

A garantia de acesso e permanência de creche e escolas para a educação infantil como para os outros níveis da educação básica se configura como uma contribuição para o enfrentamento da violência sexual.

A escola e a creche, como um dos locais de socialização e aprendizado, que tem como papel proporcionar a formação social e humana, também se apresenta como um dos campos de identificação e denúncias dos casos de violência sexual, bem como contribui para aprendizado dos pais e alunos sobre os direitos e enfrentamento das várias violências.

Os atendimentos de saúde também se configuram como contribuinte para o enfrentamento à violência sexual. Em muitos casos é nas consultas médicas e psicológicas que se identificam doenças e sintomas que alertam para a suspeita de violências sexuais que crianças e adolescentes podem estar sofrendo.

No sentido que uma das ações de enfrentamento é a prevenção que é viabilizada dentre outras formas, sob orientações e conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes, sobre os cuidados, sobre as formas de denúncias, sobre como identificar as características que as vítimas apresentam, que alertam sobre a violência que se está sofrendo, sobre os procedimentos para se evitar como para garantir atendimentos e cuidados necessários à vítimas da violência sexual.

Portanto, mesmo que os atendimentos descritos nas tabelas 6 e 7 acima, não estejam relacionados com os indicadores de violências descritos nas tabelas 4 e 5, são atendimentos que proporcionam contato com o Conselho Tutelar, e com outros atores do Sistema de Garantia de Direitos, podendo ser identificadas outras demandas e violações, sendo uma delas a violência sexual. Assim um usuário que chega com uma demanda de creche, escola, atendimento psicológico, programas de transferência de renda, entre outros, seja identificado no seu atendimento outras violações sofridas a serem trabalhadas.

Os números descritos na tabela 1 e 2, de acordo com a entrevista, são dos casos em que foram possíveis aplicação de medidas. O número da demanda que o Conselho recebe é maior. Não sendo possível atender todos os casos que surgem, na fala da conselheira existem em torno de 189 casos que reúne todas as categorias que foram enviadas a ela que, não foram aplicadas medidas e nem atendidas por falta de tempo, devido à grande demanda. Ao somar todas as denúncias e relatórios de outros órgãos, que chegam e que não foram atendidos, somam-se mais de trezentas possíveis demandas.

Na avaliação da conselheira, embora haja dois Conselhos e cinco conselheiros em cada um deles não é suficiente para atender toda a demanda. A população da Ceilândia está em torno de 400 mil habitantes. De acordo com a Resolução Nº 75, do Conanda, determina a cada 200 mil habitantes está previsto a existência de um Conselho. Entretanto, houve modificações na legislação, para que seja a cada 100 mil habitantes. De acordo com a fala de Ângela Goulart, secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNPDCA/SDH/PR):

Ela disse ainda que, atualmente, há cerca de 5.900 Conselhos Tutelares no Brasil, mas o objetivo é atingir a meta preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) de um conselho para cada grupo de 100 mil habitantes.¹⁰

¹⁰ Divulgação na página eletrônica virtual da Secretaria da Criança 18/12/2012

Na realidade apresentada na fala da técnica administrativa do Conselho de Ceilândia Sul, responsável pelo registro de denúncias, gerenciamento de dados e controle, existem vários casos que também não foram atendidos pela falta de tempo e capacidade dos cinco conselheiros. Reafirmado nas falas das conselheiras de Ceilândia Sul, entrevistadas e que corrobora com a fala dos Conselheiros de Ceilândia Norte que a quantidade de cinco conselheiros é insuficientes, bem como a quantidade de dois Conselhos Tutelares para Ceilândia é insuficiente.

3.3. O enfrentamento do abuso sexual pela intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul no Sistema de Garantia de Direitos - SGD

3.3.1. Encaminhamentos

Os Conselhos Tutelares de Ceilândia Sul e Norte atendem os casos de abuso sexual no sentido da proteção desses sujeitos em duas perspectivas: a primeira com a promoção, e a segunda na responsabilização do agressor.

De acordo com a fala dos conselheiros entrevistados, as medidas tomadas na perspectiva da promoção são os cuidados de saúde física e psicológica, como também da promoção em relações às questões sociais que a vítima apresenta. “Assim as primeiras intervenções são no sentido de levar essa criança ou adolescente ao serviço de saúde mais próximo para que sejam realizados os cuidados necessários.”

Na perspectiva da proteção pela responsabilização do agressor, acontece pela investigação policial da Delegacia de Proteção à Criança (DPCA). “Depois de ir ao hospital a criança é levada à DPCA para que se possa iniciar a investigação, com a constatação da violência sofrida.” Fala das conselheiras da Ceilândia Sul e Norte.

A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) é especializada para o atendimento dos casos de violência sexual. A DPCA possui um trabalho especializado para as entrevistas com as crianças, familiares e/ou acompanhantes da criança para que seja realizada a investigação e responsabilização do agressor, com metodologias e abordagens de profissionais experientes e qualificados para tratar desse tipo de violações.

Entretanto a DPCA funciona somente à tarde, isto é o ponto a ser analisado para a participação da DPCA no SGD na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Na

avaliação da conselheira isto é um ponto negativo. As demandas não têm hora para acontecer e mesmo que tenha a possibilidade se encaminhar para qualquer delegacia a DPCA que é a especializada e de referência.

O atendimento do caso de abuso na perspectiva da promoção continua com os encaminhamentos para os serviços de atendimento psicológico e social. De acordo com a fala das conselheiras da Ceilândia Sul e Norte “são realizados encaminhamentos aos programas e serviços psicológicos, para que seja trabalho do não somente a criança, mas os familiares também”. Os cuidados que envolvem ao tratamento psicológico são realizados pelas instituições públicas e privadas que oferecem esse serviço.

As instituições destacadas pelas conselheiras foram: Flor de Lótus, que está situado no hospital da Ceilândia e Programa Violeta no hospital Regional da Asa Sul (HRAS), o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP), Adolescentro, com serviços especializados para a exploração sexual, o Centro de Referência à Assistência Social (CREAS) associado, dentro das instituições privadas as faculdades particulares com oferecimento de atendimento psicológico e o programa do SESC Vira Vidas, também específico para a exploração sexual.

Os cuidados sociais envolvem as questões socioeconômicas da família, o desemprego, falta de condições financeiras, a qualificação profissional, o acesso a educação, as questões de habitação e programas de transferência de renda. Na perspectiva da dignidade e autonomia da família que proporcionar a proteção à criança “são trabalhados especificamente pelo CREAS Centro de Referência Especializada à Assistência Social associado ao Centro de Referência à Assistência Social (CRAS).”

Quando um abuso acontece naquele instante, a orientação é não de banho e nem troque de roupa da criança ou adolescente, para que não seja removidas possíveis provas e leve imediatamente aos serviços de saúde para cuidados e posteriormente à DPCA. Mesmo que o abuso aconteça por um longo período de tempo, os cuidados de saúde são necessários e os procedimentos investigativos também.

3.3.2. Acompanhamentos

Há casos em que as vítimas são levadas diretamente aos Conselhos pelos os denunciadores, que podem ser familiares, vizinhos, conhecidos e amigos. De acordo com a fala

das conselheiras “há casos que o conselheiro acompanha a vítima junto com a pessoa que conduziu a criança aos serviços de saúde e depois à DPCA.”

Esse acompanhamento do conselheiro é uma atitude a ser discutida e analisada no contexto da situação, pois essa não é a atribuição do conselheiro. Isso acontece de acordo com a avaliação das entrevistadas pelas particularidades da situação, sendo necessária a utilização do veículo do Conselho. Esse acompanhamento acontece também pela percepção do conselheiro em estar próximo para a constatação e garantia dos atendimentos.

Na fala da conselheira de Ceilândia Sul pode-se enviar um relatório para o hospital com a requisição de atendimento médico para essa situação não sendo necessária a sua presença. Como também enviar à DPCA o relatório do caso e das intervenções realizadas. “Caso a vítima não comparece a nenhum dos órgãos que lhe foi orientado o Conselho Tutelar é comunicado para que sejam realizadas intervenções de encontrar a criança e o motivo de não comparecimento.”

A atribuição do conselheiro é a proteção dos direitos, no qual ele aplicará medidas que se configuraram como necessárias para que esta vítima não seja exposta novamente à situação de risco e sejam oferecidos atendimentos necessários após a constatação do abuso.

De acordo com o artigo 101 do ECA inciso II, a autoridade competente, no caso o Conselho Tutelar poderá orientar e acompanhar periodicamente. Esse acompanhamento é diferente do descrito do acompanhamento aos serviços de saúde e à DPCA. O acompanhamento é aquele que o Conselho busca verificar o andamento das medidas, se foram aplicadas ou não, se a criança e a família estão frequentando os serviços e programas direcionados, se a criança não está sendo imposta novamente a situações de violência sexual bem como se surgiram outras violações de direitos, se as medidas do juiz estão sendo respeitadas no sentido de interesse maior da proteção da criança.

Diante da fala das conselheiras o acompanhamento dos casos de abuso sexual e de todos os outros casos acontece pelo retorno dos casos ao Conselho Tutelar, “na realidade o que acontece é o acompanhamento de casos que retornam para o Conselho Tutelar no quais as próprias instituições enviam para os Conselhos Tutelares”.

Na avaliação dos conselheiros o ideal é que houvesse uma articulação para todos os casos fossem acompanhados, “mas na realidade não existe uma articulação da rede social para esse retorno e acompanhamento dos casos.” Destacando que na avaliação dos conselhos “que

os Conselhos Tutelares e as instituições não possuem capacidade de recursos humanos para enviar retorno de casos”

Os fatores descritos pelos conselheiros que instituições alegam para o retorno dos casos aos Conselhos são a identificação das mesmas e novas violações, a falta de vagas dos serviços e o não comparecem ou desistência a criança e os familiares. Não sendo possível analisar qual a relação proporcional de cada fator.

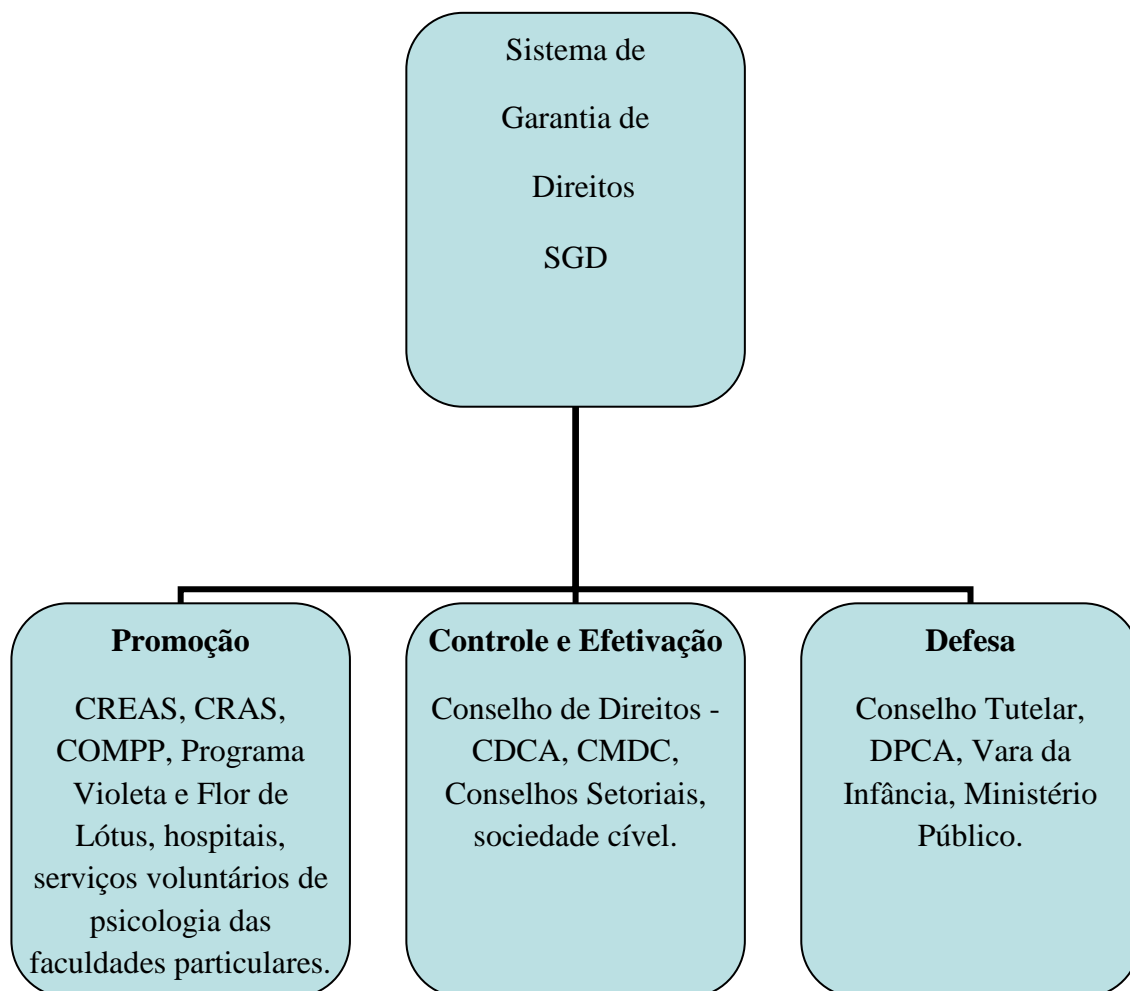
De acordo com a fala das conselheiras tutelares. O Conselho Tutelar recebe as demandas e relatórios de vários órgão e instituições, sendo que na fala dos conselheiros “não há obrigatoriedade de retorno dessas demandas. Assim também os órgãos e instituições que recebem as medidas e encaminhamentos não retornam informações dos casos para o Conselho.”

Uma situação vivenciada relata pelas experiências do Conselho Tutelar de Ceilândia Sul foi de que a DPCA e as delegacias de um modo geral não enviavam um retorno da confirmação ou não da suspeita de abuso. E em alguns casos após a confirmação a DPCA realizava os procedimentos de encaminhavam para instituições de acompanhamento psicológico e não comunicavam ao Conselho a existências dos casos ou dos resultados.

Diante disso aconteceu um caso de abuso com repercussão nos meio de comunicação que demonstrou essa situação de ausência de retorno dos casos encaminhados à rede demonstrando a falta de articulação entre os órgãos. Assim o acompanhamento das medidas e da família com orientações, e dos encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar não era realizado.

Esse acontecimento viabilizou que uma melhor articulação fosse realizada, pois a partir de então a Promotoria, as Delegacias e o Conselho Tutelar firmaram um acordo de todos os casos devem ser comunicados aos três órgãos.

Organograma 1 – As instituições informadas como componentes do SGD para os encaminhamento dos casos de abuso sexual.



3.4. Desafios e particularidades apresentadas da realidade de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia.

3.4.1. Eleição e formação dos conselheiros tutelares do DF

De acordo com o artigo 133 do ECA, os três critérios de seleção de candidatos são ser maior de 21 anos, possuir idoneidade moral e residir no local a que se pretende candidatar com período mínimo determinado. Entretanto o Conselho de Direito pode estabelecer outros critérios de seleção, de acordo com a resolução 75 do CONANDA.

Os cinco candidatos que receberem a maioria dos votos da população da cidade a que se propõe o mandato são classificados como eleitos e são classificados subseqüente da maioria dos votos cinco suplentes para assumir o cargo caso haja desistência ou empecilho para a vigência do mandato.

Os critérios de seleção de candidatos no DF na eleição de 2009-2012 e anteriores eram os estabelecidos pelo artigo 133 do ECA, acrescido da comprovação de experiência de três anos na área da infância e juventude.

A eleição para o mandato de 2012-2015 foi a primeira eleição no DF que utilizou um critério mais específico para a seleção de candidatos, que foi a prova de conhecimentos mínimo sobre o ECA, no qual só poderiam se candidatar os aprovados.

O processo de eleição foi formulado em quatro etapas, prova de conhecimentos específicos, a comprovação de experiência de 1 ano com o tema de defesa de direitos para crianças e adolescentes, a eleição e o curso de formação de 3 dias para os eleitos e os suplentes, no qual quem obtivesse menos de 75 % de participação no curso foi desclassificado.

O estabelecimento de critérios mais específicos é muito relevante para o processo de seleção dos conselheiros visto que ao lidar com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes é necessário capacidade para compreender e direcionar as intervenções. Experiência e conhecimento sobre as leis, sobre as políticas, sobre a realidade social são fundamentais para saber lidar com as questões de violações.

A atuação do conselheiro também se reflete na postura e comportamentos adequados a função, questões como o sigilo, o respeito e dignidade ao usuário, sem visões e julgamentos morais. Atitudes estas que não necessariamente um conhecimento intelectual vai garantir, mas que são relevantes o conselheiro ter clareza e atuação.

Estabelecer critérios de seleção mais específicos contribui para combater iniciativas de ser conselheiro com conhecimento superficial de qual a função e competências. Assim podem ser evitadas situações relatadas pelos conselheiros de realizar um atendimento e não saber o que fazer com o caso, como de evitar a candidatura de pessoas que não têm clareza das suas atribuições motivadas pelo financeiro e facilidade de acesso a eleição.

O processo de eleição para conselheiro condiciona o voto a ser facultativo da população. Na avaliação da Secretaria da Criança essa eleição foi a maior registrada, foram

registrados 360 124 mil em todo o DF para os 33 Conselhos contra 79 mil votos da eleição de 2009.¹¹ No DF foram inscritos 5417, mas 595 candidatos tiveram a possibilidade de se candidatar.¹²

Em uma relação dos conselheiros que venceram nos Conselhos de Ceilândia o maior votado recebeu 1995 votos e o menos recebeu 708, o suplente menos votado recebeu 556 votos. Foram contabilizados 56 candidatos votados para Ceilândia, há candidatos com 300, 200 153, 80 e 59 votos. Se a população de Ceilândia está em torno de 400 mil habitantes e total de votos foi de 44188, entre votos válidos, brancos, nulos e anulados, o percentual de votos representou 11 % de participação da população ceilandense. No DF com uma população de 2 648 532 milhões de habitantes o percentual de participação foi de 13%.¹³

Na fala dos conselheiros entrevistados do mandato de 2009-2012 no qual se candidataram para o próximo mandato de 2012-2015 e algumas conseguiram se reeleger. A campanha eleitoral acontece no meio familiar, com amigos, conhecidos e com os próprios usuários do Conselho. Diante disso pode-se analisar que a eleição para conselheiro acontece não pela mobilização social, mas pelos vínculos pessoais dos candidatos.

Embora não se tenha a exigência de formação em nível superior, essa nova modalidade de seleção de conselheiros contribui para uma melhor qualificação de pretendentes ao mandato. Dos cinco conselheiros entrevistados, três tem formação em nível superior, um sem formação superior e um com a formação incompleta. As formações foram do Direito, Teologia e Informática. Independente da área de formação está relacionada com a temática da infância e da garantia e proteção de direitos, esses critérios de seleção contribuem para classificar os candidatos em termos de conhecimento e experiência.

Na eleição do mandato de 2009-2012 e 2012-2015 aconteceu um curso de formação de duração de três dias para o início das atividades. Na avaliação dos conselheiros reeleitos e os não reeleitos o curso de formação referente ao mandato anterior e a desse não são suficientes e adequados para a formação de um conselheiro. Os cursos abrangem mostrar quais as instituições compõem a rede social e os serviços ofertados por elas. No atual curso, houve

¹¹ Notícia divulgada na página eletrônica virtual da Secretaria da Criança 17/12/2012

¹² Notícia divulgada na página eletrônica virtual da Secretaria da Criança 16/12/2012

¹³ Dados contabilizados a partir das divulgações do processo eleitoral no site da Secretaria da Criança.

modificação mostraram dados estatísticos da realidade das violações, principalmente dados de denúncias do Disque 100.

Na avaliação dos conselheiros, os cursos deveriam ser de um tempo maior e não deveria se focar em apresentar instituições, mas também mostrar casos concretos, quais intervenções, quais medidas a serem aplicadas, quais métodos, modos de articulação e intervenção, mostrando o que fazer e como fazer diante das violações.

Essa fala dos conselheiros entrevistados corrobora que os conselheiros demandam pela necessidade de conhecer melhor suas atribuições. Apresentando de forma unânime na fala dos conselheiros entrevistados, que o curso de formação de três dias não responderam às expectativas e dúvidas.

Uma situação presente nos Conselhos, de acordo dos conselheiros entrevistados, é de não saber o que fazer com os casos. Sendo compartilhado por uma conselheira que quando foi eleita alguns casos era necessário pedir orientação para os outros conselheiros mais experientes, da mesma forma agora com a reeleição está contribuindo para os conselheiros novos eleitos que estão confuso sobre as possibilidades de atuação.

Na fala presente de três conselheiros entrevistados, o ideal era a forma de seleção estar associada à formação. Os pretendentes passariam por um minicurso de 3 a 6 meses, no qual seria apresentadas as atribuições, competências, realidades sociais e das políticas, a composição da rede social, as possibilidades de intervenções, os caminhos, os métodos, as teorias, as leis, as políticas e serviços. Depois desse curso quem desejasse ser conselheiro se candidatava e quem não desejasse receberia um certificado assim como os outros.

O objetivo desse minicurso é mostrar o que realmente faz um conselheiro para ao ser eleger a pessoa não saber qual é o seu papel. Esse modelo apresentado já acontece em alguns municípios brasileiros. De acordo com a fala do conselheiro que não soube precisar quais municípios acontece dessa forma a eleição e formação.

Na entrevista com o funcionário da Subsecretaria de Política para as Crianças – SUBSPC declarou que a forma de seleção de candidatos utilizando a prova de conhecimentos aconteceu no sentido de se combater tais situações de conselheiros não saberem realizarem suas atribuições, visando que tentar selecionar candidatos pelo grau de capacidade de conhecimentos pode contribuir para esse fim. No qual será avaliado posteriormente a eficácia e eficiência desse instrumento que inovador na eleição.

Diante da análise das falas dos entrevistados o que pode ser observado é que essas questões ligadas a eleição e qualificação dos Conselheiros interferem na qualidade de intervenção, de enfrentamento da violência sexual. Como viabilizar o enfrentamento da violência sexual se um dos componentes do Sistema de Garantia de Direitos mostra falhas.

A Secretaria da Criança dispõe de uma equipe técnica, formada de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e advogado, vinculada a Subsecretaria de Proteção à Criança e ao Adolescente - Subproteca, que o Conselheiro pode recorrer a essa subsecretaria para pedir auxílio técnico das suas intervenções. Na fala do entrevistado essa eleição de 2012-2015 já apresentou uma grande demanda de conselheiros buscando apoio na Secretaria da Criança.

A SUBSPC está com um projeto em andamento para que seja instalado em 2013 um centro de atendimento para a violência sexual. O objetivo do centro é reduzir a revitimização¹⁴ da criança e do adolescente; articular a rede acompanhamento às medidas; construir indicadores e formular banco de dados; monitora os casos e acompanhar as medidas de proteção.

O acompanhamento da criança que irá fazer é o Conselho Tutelar e o acompanhamento das medidas de proteção será o centro.

O centro funcionará sob a gestão da Secretaria de Segurança Pública e Secretaria da Criança, com parceria da Secretaria de Saúde.

O centro proporcionará o atendimento inicial da violência sexual, na perspectiva dos cuidados de saúde e do apoio ao processo de investigação da DPCA. O atendimento no centro possibilitará que seja realizado o boletim de ocorrência que é um instrumento inicial necessário para o processo de investigação e criminalização do agressor. O atendimento oferecido pelo o centro será realizado pela equipe psicossocial que proporcionará um apoio técnico ao processo de investigação. Assim o centro trabalhará na perspectiva de que a vítima seja ouvida adequadamente e que o relatório dos atendimentos subsidie o trabalho investigativo da DPCA.

O centro enviará relatório para o MP, à Vara da Infância e ao Conselho Tutelar, para o acompanhamento do caso. A DPCA terá a sua unidade dentro do centro para como já mencionado iniciar o procedimentos da investigação.

¹⁴ A criança e o adolescente vítima de violência sexual pela necessidade do direcionamento do caso é ouvido por vários profissionais de vários órgãos e instituições diferentes, retivimizando a violência sofrida.

As crianças e adolescentes de outros Estados puderam ser atendidas no centro, visto que esse atendimento inicial seja efetivado no centro e posteriormente encaminhado o caso aos órgãos do Estado competente.

3.4.2. Formas de registros

Outro fator analisado é a forma pela qual são registrados e controlados os casos atendidos e as medidas aplicadas pelos dois Conselhos de Ceilândia. O registro acontece pela utilização de livro em que são escritos a mão. Esses livros são escritos a data do atendimento, o conselheiro que recebeu o caso, a categoria de violação de direitos, a origem institucional da demanda, o número do processo, entre outros dados relevantes para identificação do caso.

No Conselho de Ceilândia Norte, existe apenas um único livro em que são escritos as informações referentes aos casos e a partir desse registro que contabilizados semestralmente e anualmente o valor estatísticos de capacidade de atendimento que são enviadas à CONATA - Coordenadoria dos Núcleos de Apoio Técnico Administrativo aos Conselhos Tutelares do DF. No Conselho de Ceilândia Sul existem três livros diferentes, o livro de protocolo, o de abertura de casos e o de denúncias. Da mesma forma esse Conselho faz o controle estatístico e envia à CONATA.

O livro de protocolo é registrado os recebimentos de documentos referentes aos casos, quando chega o relatório do caso de abuso é registrado no livro de protocolo. Podem existir vários registros de protocolo nesse livro referente a um mesmo caso.

No livro de denúncias o número é superior aos de casos, visto que podem existir 5 denúncias de origens diferentes de um mesmo caso que pode já está sendo atendido e acompanhado como pode ser de um caso que não foi possível o seu atendimento. O livro de abertura de casos são as medidas aplicadas, o número do processo, a situação do caso. Essa forma de controle em três livros tornou a coleta de dados mais complexas.

Outra forma de registro que os dois Conselhos possuem é o denominado ZASAS a única função que esse sistema faz é identificar se o usuário já foi atendido ou não pelo Conselho. No qual ele forma um banco dos nomes das pessoas associados ao número de processos.

Essa forma de registros dos dois Conselhos apresenta-se de forma muito arcaica, rústica, no mundo atual de modernidades e tecnologias essa forma se torna ultrapassada. Essa

forma também caracteriza muita demanda dos técnicos e dos conselheiros, consumindo mais tempo e esforço físico e mental para o registro e contabilização dos dados. Com uma tecnologia mais moderna consumiria menos tempo tornando a disponibilidade e capacidade para outras demandas maiores.

Uma forma mais adequada e moderna de controle e registro de informações referentes aos atendimentos, medidas aplicadas, categorias de violações sofridas pelas crianças e a formulação de dados estatísticos mais preciso e correlacionados pode ser viabilizado por meio da instalação do SIPIA ou de outro sistema.

O Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA é um sistema que reúne informações à nível nacional a partir das demandas e categorias de casos coletados por meio dos atendimentos realizados nos Conselhos Tutelares. Assim um banco de dados com informações quantitativas e qualitativas será formado indicando as violações de direitos, apontando quais as medidas que podem ser e que foram aplicadas.

O Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informação sobre a promoção e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), criado em 1997, no contexto da Política de Direitos Humanos e gerido, a partir 2003, pela Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.¹⁵

Esse sistema contribuirá para gerar uma demonstração de necessidades dos usuários, dos cidadãos crianças e adolescentes sujeitos de direitos e suas famílias. A partir desses dados a gestão de políticas sociais especialmente as voltadas para as questões da infância poderão se embasar e orientar se adequando as particularidades de cada região e comunidade.

Com a contribuição desse banco de dados os Conselhos Tutelares, órgãos governamentais e não governamentais, as sociedade civil, gestores de políticas e movimentos sociais poderão verificar quais as demandas, as quantidades de vagas para os diversos serviços e programas requisitadas, as características de cada cidade baseado nas análises dos contextos culturais, políticos e sociais. Possibilitando também uma maior articulação nacional, estadual e municipal da gestão e implementação dos programas e políticas sociais.

¹⁵ Página eletrônica virtual da Secretaria de Direitos Humanos

De acordo com a página eletrônica virtual da Secretaria de Direitos Humanos – SDH o SIPIA contribuirá em três pontos principais:

- produzir subsídios para a formulação de políticas públicas para crianças e adolescente;
- constituir-se como instrumento operacional para ação dos atores do SGD, particularmente os Conselhos Tutelares;
- possibilitar o monitoramento e o acompanhamento de casos registrados.

Isto indica que a partir desse programa o Estado brasileiro poderá saber quais as demandas dos usuários atendidos nos Conselhos Tutelares, entretanto o programa nunca foi instalado. De acordo com a fala do conselheiro entrevistado ele assim como outros conselheiros já realizaram várias capacitações para a instalação desse programa, mas nunca foi instalado.

De acordo com opinião desse conselheiro esse sistema foi implantado porque ele vai mostrar a realidade que exigirá uma maior atenção e resposta efetivas do governo a tais demandas. Assim a partir desse sistema que mostrará as deficiências, as falhas das políticas e dos programas, apresentará a discrepância da quantidade de vagas oferecidas pelos serviços públicos bem como a incapacidade da rede social para a quantidade e realidade de demandas existentes. Portanto deixar em oculto as demandas reais é mais cômodo, mas se configura como uma desresponsabilização do Estado sobre a viabilização de direitos.

Na fala desse mesmo entrevistado a ideia desse sistema é relevante para subsidiar a gestão e implementação de programas e políticas, no qual o sistema apontará a realidade, demonstrando as falhas, a falta de investimento, o descompromisso com os sujeitos de direitos prioritários da constituição federal. Ao demonstrar a realidade condicionará que medidas efetivas sejam tomadas, ou seja, os resultados desse sistema apontarão uma realidade que incentivará a população, os militantes e defensores dos direitos com princípios de universalidade, equidade e qualidade a cobrar pelo investimento e respostas às demandas. Entretanto são princípios contrários aos ideais neoliberais que influenciam o modo como as políticas sociais estão sendo geridas e implementadas.

A relevância desse sistema contribuirá para orientar as formulações das políticas e programas sociais como também orientará a atuação dos conselheiros. O sistema apontará quais as medidas possíveis de serem aplicadas nos casos.

Para finalizar a relevância da implementação do SIPIA estão descritos objetivos e ferramentas mais detalhado que o sistema proporcionará:

1) **Operacionalizar na base a política de atendimento dos direitos por parte do Conselho Tutelar;** 2) Encaminhar a medida mais adequada na perspectiva do ressarcimento do direito violado; 3) Subsidiar as demais instâncias: CMDCA e autoridades competentes (art 136, IX - elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente); 4) Coleta informações de violações de direitos de crianças e adolescentes; 5) Propicia o enquadramento objetivo da situação; 6) Indica o encaminhamento mais adequado para que o direito seja ressarcido e assegurado; 7) Gera estatísticas que permitem visualizar um panorama do município; 8) Consolida diversos relatórios estatísticos como fomento à adoção de medidas protetivas e análise da situação local; 9) Disponibilização de help desk nacional para intercâmbio, suporte e retroalimentação do Sistema; 9) **Auxilia o Conselheiro Tutelar na implementação do ECA;** 11) Fornece uma lista de medidas possíveis de serem adotadas; 12) Mantém um cadastro das Crianças, dos fatos, das medidas; 13) Registra informações dos órgãos e entidades de atendimento; 14) Emite ofício aos órgãos e entidades de atendimento; 15) Emite relatórios que permitem o entendimento do problema e auxiliam na proposição de políticas públicas.¹⁶

Na descrição na fala de três conselheiros entrevistados, muitas pessoas se candidatam para se conselheiro, mas não tem o conhecimento da dimensão e atribuições competentes a atuação do conselheiro. De acordo com essa fala esse sistema será importante para auxiliar na aplicação de medidas.

3.4.3. Condições de funcionamento

Na observação da estrutura física que possibilita os atendimentos com a perspectiva do sigilo profissional, o Conselho de Ceilândia Norte não possui estruturas adequadas, sendo instalado em um espaço dividido por armários. As denominadas salas dos conselheiros são essas seções divididas por armários no qual não é possível garantir o sigilo dos atendimentos, onde pessoas da recepção e das outras salas ao lado ouvem o que está sendo conversado.

¹⁶ Idem.

No Conselho de Ceilândia Sul há uma melhor estrutura física que garante o sigilo. O local em que o Conselho está funcionando era as antigas instalações da DPCA que recebeu outra instalação e se mudou cedendo o lugar para o Conselho.

Entretanto na fala da conselheira entrevistada, atualmente eles estão instalados nesse local que é do poder público e não um aluguel. Antes de ocuparem esse prédio, o Conselho funcionava em prédio alugado em que havia inadimplência de pagamentos e o proprietário entrou uma ação de despejo para o Conselho.

Os conselheiros juntamente com o apoio da Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros, dos conselheiros de Ceilândia Norte e a comunidade mobilizaram com passeatas, greve de funcionamento e repercussão nos meios de comunicação, reivindicaram melhores estruturas físicas, adequadas ao funcionamento. Na fala dela, hoje ela não tem medo de trabalhar e qualquer momento chegar uma ordem de despejo.

A Associação de Conselheiros e ex-Conselheiros estabeleceu um modelo ideal de quantidade de funcionários de apoio técnico administrativo para o funcionamento do Conselho. Esse modelo requer que tenha uma equipe permanente de 5 técnicos administrativos, 1 psicólogo, 1 assistente social, 2 motoristas. Além é claro de serviços para a manutenção da limpeza e higiene do local e da segurança.

Dentre desse modelo o apoio técnico administrativo, as distribuições de atividades devem ser voltadas para a melhor dinâmica de funcionamento e atendimento, sendo um funcionário dedicado ao recebimento de denúncias, que acontecem presencialmente e por relatórios, e-mail e telefonemas das instituições públicas e privadas.

O Conselho Tutelar de Ceilândia Norte tem um apoio técnico de 3 técnico-administrativos e 1 motorista, bem como a disponibilidade de 1 carro. De acordo com relatos dos entrevistados, este Conselho funcionava com 1 técnico, depois de 1 ano e meio foi enviado mais um técnico e recentemente aconteceu a chegada do terceiro técnico depois de muita luta pela liberação do servidor que seria direcionado para um outro local e que não estava previsto o acréscimo de técnico para o Conselho. De acordo com a fala dos conselheiros entrevistados que se mobilizaram pela vinda do servidor pela necessidade e pela iniciativa do serviço em desejar trabalhar próximo a sua residência.

No Conselho de Ceilândia Sul existem 4 funcionários técnico-administrativos, o motorista é uma dessas funcionárias que recebe autorização para dirigir, possuindo também a disponibilidade de 1 automóvel. Ou seja, além da função técnica-administrativa a funcionária

tem que exercer a função de motorista porque o conselho não tem a disponibilidade de um funcionário para essa função.

Na fala dos entrevistados do Conselho de Ceilândia Norte, o apoio técnico-administrativo fica sobrecarregado, tendo que receber as demandas, registrar os usuários, abrir os processos, encaminhar os relatórios e pedidos.

Assim trabalho fica prejudicado, sendo casos urgentes tendo prioridade desqualificando as outras categorias. Muitas demandas do poder judiciário e de outras instituições são enviadas com prazos para respostas. Aconteceu de uma conselheira está respondendo a um processo ético pela demora de respostas ao caso.

Portanto um trabalho mais organizado, com metodologias e com uma maior quantidade de apoio técnico possibilita mais qualidade e oferta de serviços e atendimentos dos conselheiros, visto que as violações, as situações de risco e vulnerabilidade que as crianças estão sujeitas necessitam de atendimentos rápidos e eficazes.

Dentro dessa análise dos recursos humanos presentes nos Conselhos Tutelares, além desse apoio técnico-administrativo os conselheiros consideraram unanimemente que o ideal seria a contribuição de uma equipe multidisciplinar para as intervenções dos conselheiros. Essa equipe seria composta das áreas do Serviço Social, Psicologia e Direito contribuindo para habilidades e conhecimentos que não necessariamente os conselheiros têm domínio, assim uma equipe permanente e exclusiva para cada Conselho poderia contribuir para melhores intervenções e aplicação de medidas.

Como não existe essa equipe os conselheiros têm a possibilidade pedir auxílio dos profissionais dessas áreas dos outros órgãos públicos. Essa prática na avaliação dos conselheiros é inviável, pois já foram feitas requisições, mas demoraram-se meses até que o profissional foi disponibilizado, nisto o conselheiro já realizou a intervenção e aplicou a medida. A criação da Secretaria da Criança é recente, então a disponibilidade da equipe técnica da Subproteca é recente também.

Diante disso prática comum entre os conselheiros é articulação por meio das relações pessoais de amizades com profissionais de serviço social e psicologia. Assim em casos em que precisam de auxílio teórico desses profissionais buscam nas suas relações de amizades de profissionais de órgãos públicos e instituições privadas, o auxílio de intervenção, bem como de encaminhamento para prioridade de atendimento e busca de vagas e ofertas de serviços necessários.

Os conselheiros também consideraram relevante um apoio de profissionais da psicologia para atender as demandas dos próprios conselheiros de dificuldades pessoais de atendimento as várias violações que as crianças sofrem e são atendidas pelos conselheiros. No quais os conselheiros nas dimensões de limites e dificuldades psicológicas também estão sujeitos na sua condição humana de sofrimentos, medos e ansiedades perante as particularidades da função de conselheiro.

Consideram que doenças psicológicas como o estresse e a depressão estão bastantes presentes na vida e dinâmica da sociedade moderna, apresentando-se como umas maiores causas de afastamento de trabalho.

Diante da fala dos conselheiros de criação e implementação de uma equipe multidisciplinar em que o assistente social estaria inserido. A atuação profissional nos Conselhos Tutelares se torna um novo campo de possibilidade de atuação, bem como altera a dinâmica de busca de profissionais de outros órgãos caracterizando trabalho excessivo para tais profissionais requisitados.

A garantia de uma equipe profissional permanente nos Conselhos Tutelares, que incluía o serviço social contribuiu para que diminua a requisição de profissionais de outros órgãos. Sendo que os profissionais dos outros órgãos já exercem a sua função incumbida. Disponibilizar esses profissionais para o auxílio esporádico aos conselheiros tutelares é proporcionar trabalho excessivo. Assim na dinâmica de serviços precários e políticas focalizadas essa possibilidade de ceder um funcionário para auxiliar o conselheiro tutelar caracteriza como não garantia de qualidade e condições de serviços e de trabalho, pois os profissionais têm que responderem as demandas dos seus locais e dos conselhos tutelares, além de que a quantidade de profissionais não estão adequados a proporção das demandas.

Quanto aos equipamentos necessários para o funcionamento dos Conselhos. O Conselho de Ceilândia Norte possui um computador para cada conselheiro e cada técnico-administrativo. Os locais designados como salas possuem mesas e cadeiras para cada conselheiro e duas cadeiras em cada sala para o atendimento dos usuários.

O Conselho de Ceilândia Sul possui três, dois computadores na recepção para dois técnicos, e um computador para os cinco conselheiros.

As condições de trabalho dependem do uso de materiais disponibilizados. Assim a produção de relatórios para os encaminhamentos e aplicações de medidas são instrumentos

viabilizados por meio da impressão no papel. Portanto, o papel, a impressora, a tinta de impressora e o computador, são materiais fundamentais para a intervenção.

Na fala dos entrevistados, a falta de papel é um problema recorrente nos dois Conselhos de Ceilândia, que para a solução são usadas estratégias como o direcionamento de penas alternativas para a compra de papéis e tintas. O Conselho recebe pessoas com penas alternativas que são orientadas a comprar os materiais necessários e que estão faltando. A pena é estipulada por um determinado valor, o Conselho tem que enviar um parecer sobre o cumprimento da pena, no qual esclarece que aquele valor foi pago.

3.4.4. Mobilização e atuação política dos conselheiros

A atuação política dos conselheiros se manifesta muito presente, a aprovação da lei 12.696 que alterou quatro artigos do ECA, 132, 134, 135 e 139, que aumenta direitos previdenciários e que aumenta o período do mandato para 4 anos, aconteceu pela mobilização dos conselheiros para a aprovação no poder legislativo, associado a vinculação com políticos que colocaram em pauta de votação o projeto de lei.

Outra atuação política importante para a contribuição do fortalecimento da proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, foi a participação dos conselheiros na mobilização e conquista de funcionamento de mais Conselhos Tutelares no DF, no qual possibilitou a criação de 23 novos Conselhos aumentando de 10 que existiam para 33, sendo que atualmente cada região administrativa possui um ou dois Conselhos Tutelares.

Diante dessa atuação a presidente da Associação de Conselheiros e ex-conselheiros declarou que estão sendo formulados projetos futuros de conquistar a autonomia dos Conselhos em formular os seus orçamentos, na perspectiva de viabilizar mais recursos e identificar maiores necessidades para o funcionamento do Conselho. Sendo o Conselho que decidirá para como utilizar os recursos que lhe são destinados, bem aumentar a disponibilidade.

O orçamento dos recursos destinados aos Conselhos é de obrigação do poder executivo o pagamento dos conselheiros, a garantia de materiais e estrutura física, a garantia de apoio técnico-administrativo. Sendo que todas as despesas de funcionamento devem estar prevista na elaboração da PPA, de acordo com as Diretrizes de Orçamentos para a previsão de utilização, de real utilização e devolução de recursos não utilizados.

Nas atribuições dos conselheiros está a participação da elaboração de orçamentos bem como a sua contribuição para a defesa desse recurso para o Conselho. No entanto, nenhuns dos conselheiros entrevistados não tinham participado dessa elaboração, e não tinham conhecimento de qual orçamento foi previsto e destinado ao funcionamento dos Conselhos. A participação da maioria foi no Fórum OCA, que é um fórum de discussão para o direcionamento de recursos para programas voltados para à infância.

Outra atuação política do conselheiro é a representação judicial perante o Ministério Público quando as medidas não atendidas pela falta de vagas e possibilidade de atendimentos dos serviços públicos. Depois de três tentativas de aplicação de medida se aplica a representação.

Na avaliação dos conselheiros os atendimentos voltados para a o abuso sexual contra crianças e adolescentes são atendidos com mais facilidade, no qual a rede social possui problemas e precariedades, mas consegue atender as demandas. Nos casos das outras categorias a avaliação feita é de muita precariedade da oferta de serviços cabendo a necessidade da representação.

Considerações finais

A criação dos Conselhos Tutelares aconteceu pelo desenvolvimento de um processo de democratização que o país passava, diante disso a mobilização social que aconteceu para a formulação da Constituição Federal de 1988 foi um período muito propício para a discussão e inclusão de direitos, de ideais, de projetos. A configuração do ECA representa uma das conquistas da grande mobilização social que aconteceu, e não somente o ECA simboliza um triunfo para emancipação dos direitos, mas várias outras leis e configuração dos artigos da CF/88 que trouxeram a presença dos direitos humanos como garantidos em lei. A CF/88 é considerada a Constituição cidadã.

Os Conselhos Tutelares como uma inovação trazida pelo ECA foi configurado um fiscalizador dos direitos das crianças e adolescentes, como também um agente de luta, de cobrança, de monitoramento e acompanhamento das políticas e das ações que estão realizadas para a verdadeira garantia dos direitos estabelecidos, juntamente outros atores como o CDCA que também tem essa função.

O Conselho Tutelar tem se tornado atualmente um órgão de apenas atendimento das demandas, perdendo o seu caráter de cobrar pela a viabilização dos direitos das crianças e adolescentes e monitorar a efetividade das políticas. Assim o Conselho Tutelar está cada vez mais despolitizado e desarticulado dessa atribuição, que ao está lidando com a realidade, registrando e contabilizando os atendimentos, pode cobrar pela realização de um controle de dados, de uma pesquisa da realidade, para que se possa conhecer a dimensão da problemática para que se possa intervir sobre ela.

Uma atribuição do Conselho Tutelar descrita no artigo do ECA é de realizar uma representação no Ministério Público para que as demandas solicitadas sejam efetivadas, visto que a lei estabelece direitos e o Estado por meio das políticas viabiliza a garantia de tais direitos. Artigo 136 do ECA:

Artigo III:

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

Diante disso é muito importante a participação dos Conselhos Tutelares nas elaborações dos planos orçamentários para a discussão, a verificação e a defesa dos recursos destinados ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, dos programas e projetos para a viabilização dos direitos das crianças e adolescentes.

Ao se propor a analisar as limitações das condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares de Ceilândia verifica-se que embora o foco da pesquisa seja o enfrentamento do abuso sexual, todas as condições estruturais, materiais e de recursos humanos refletem não somente nos atendimentos dos casos de abuso sexual, mas de todas as violações, visto que o Conselho recebe e atua nas diversas demandas.

A ideologia da contrarreforma aponta que na realidade a reforma posta não é de aumentar investimento e ampliar direitos, mas realiza justamente o contrário. Reforma significa evoluir, transformar e não retroceder. Mostrar a realidade, as precariedades e dificuldades dos serviços públicos contribuem para a análise das ofensivas neoliberais de precarização, focalização das políticas sociais, condicionados pela defesa dessa mesma ideologia de diminuir gastos públicos, sendo esses gastos considerados os recursos investidos no social.

Como se enfrentar a violência sexual e garantirem direitos e proteção às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, se o eixo que compõe a promoção do Sistema de Garantia de Direitos, se a oferta de serviços não consegue abarcar a dimensão das demandas por falta de condições de recursos humanos e materiais?

Apresentar a realidade de necessidade de representações dos Conselhos Tutelares para que as medidas sejam aplicadas pela incapacidade dos serviços públicos de atender as demandas, corroboram a precariedade em que os investimentos públicos são feitos para a qualidade e atendimento da população.

Somente em 2012 com a aprovação de lei 12696, que os Conselheiros Tutelares conquistaram todos os direitos previdenciários. Visto como, por exemplo, o direito de licença maternidade e paternidade não eram garantidos aos conselheiros. É até contraditório trabalhar em órgão de defesa de direitos das crianças e adolescentes sendo, que o seu próprio filho não poderia ter a mãe por meses licença.

Diante da análise dos dados estatísticos descritos no item 3.2, a primeira hipótese foi verificada como falsa visto que o abuso sexual não é a maior demanda de atendimento dos dois Conselhos Tutelares de Ceilândia. A segunda hipótese foi verificada como verdadeira, pois a análise dos dados estatísticos mostram que a maior contribuição das demandas de casos de abuso sexual provém das denúncias do Disque 100, sendo possível de dessa hipótese ser verificada somente no Conselho Tutelar de Ceilândia Norte. A terceira hipótese foi constatada como também como verdadeira visto que as condições de estrutura física, de recursos humanos e recursos materiais apresentam-se com precariedades.

A Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal apresentou alguns projetos e ações para a melhoria das condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para a capacitação destes. A Secretaria da Criança é uma criação recente e como a denominação já infere é uma secretaria especializada nos assuntos relativos aos direitos das crianças e adolescentes. Embora com um público específico as atribuições dessa secretaria estão articuladas com os outros órgãos e secretarias, visando a contribuição e a formação de uma rede social de instituições, políticas e programas que possibilite uma maior garantia e proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Diante das dificuldades da realidade apresentada, nas suas várias dimensões de eleição, condições de estrutura física e recursos humanos. A Secretaria da Criança disponibiliza vários projetos futuros para à área da infância. De acordo com as publicações noticiárias da página eletrônica da Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, foi realizado um acordo entre a Universidade de Brasília – UnB para um curso de formação a ser realizado em 28 de janeiro a 1 de fevereiro de 2013.

Alguns projetos futuros são descritos em notícias da página eletrônica de 20/12/2012:

- A criação de um Web denúncia para a violação de direitos da crianças e do adolescente, configurando mais uma possibilidade gratuita de comunicação;
- O projeto de capacitação de informática básica para utilizar o SIPIA que está previsto a ser instalado;
- Instalação de um projeto pioneiro de projeto arquitetônico de salas equipadas com materiais necessários ao funcionamento.

A capacitação, a aquisição de matérias, a qualificação, a melhoria de condições materiais, são questões relevantes para a manutenção e funcionamento dos Conselhos Tutelares. Afinal, para todas as políticas, principalmente as sociais, o investimento de recursos é crucial para o andamento e alcance de resultados.

Ao se observar o que a CF/88 e o ECA que estabelecem direitos e prioridade da nação a proteção da infância, no qual a prioridade de formulação e execução de políticas sócias públicas deve ser destinados a esse público. O ideal era que mais investimentos fossem realizados nos Conselhos, nas políticas educacionais, assistenciais e sanitárias, na perspectiva de garantir a todos os direitos previstos e fundamentais para o bom desenvolvimento dessa fase da vida.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.¹⁷

Algumas ações descritas pela Secretaria da Criança e divulgadas na página eletrônica é a aquisição “carros para dez conselhos que não tinham veículos, instalou rede de telefonia fixa e de banda larga, máquinas multifuncionais e realizou algumas reformas para adequar o ambiente para receber crianças e adolescentes em situação de risco e sofrimento.”¹⁸ O DF terá a primeira construção de sedes no modelo da Secretaria de Direitos Humanos do país, prevista para cidade de Sobradinho II.

De acordo com a fala da secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNPDCA/SDH/PR), Angélica Goulart:

¹⁷ Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

¹⁸ Notícias da página eletrônica de 20/12/2012

"Com as emendas parlamentares que recebeu, o DF terá condições de equipar todos os Conselhos Tutelares com o kit mínimo composto de computadores, um carro, um refrigerador, um bebedouro, uma máquina multifuncional", informou. Os telefones não estão incluídos no kit conforme negociações locais e regionais. "No próximo ano, pretendemos equipar mil Conselhos Tutelares. Na primeira fase, ou seja, no primeiro semestre, serão 500 conselhos. Já foi feita a licitação e está tudo encaminhado para, a partir de fevereiro-março de 2013, entregarmos os primeiros kits. Serão entregues a 500 municípios, incluindo aí o DF".¹⁹

A Secretaria da Criança em parceria com a Administração pública Seap pagou férias e licença maternidade de conselheiros que exerceram o mandato e não usufruíram esse direito.

A Secretaria da Criança como setor responsável pela gestão dos Conselhos apresentou várias propostas e projetos para a melhoria dos Conselhos no DF, mesmo que não irá atender as demandas dos Conselhos Tutelares de Ceilândia que foram alvo da pesquisa, já se configura como uma contribuição para as possibilidades de mudanças. Assim possibilitar que a secretaria da criança tenha o direito de resposta se configura não somente como um princípio democrático, mas também como argumentos de avaliação, fiscalização e cobrança para as melhorias dos Conselhos Tutelares.

O processo de eleição 2012-2015 foi caracterizado pela inovação tecnológica de utilização de novas ferramentas eletrônicas para votação. O novo aparelho usado foi tablet, que foi usado pela primeira vez nas eleições para conselheiro tutelar e que possivelmente de acordo com a avaliação técnica será utilizado também para as próximas eleições em 2015. Não houve a requisição do TRE, mas a contratação de uma empresa, mas na eleição unificada em 2015 haverá a participação do TSE e do TREs.

Esse processo eleitoral foi marcado por várias controvérsias. Em julho de 2012 a lei 12.696 foi aprovada, que traz a modificação de mandato de 3 anos para 4 anos, em que as eleições serão realizadas um ano após a eleição presidencial e de forma nacional, unificada em um dia para todo o país. A ideia é unificar as eleições de todas as cidades e municípios em um único período, para que se possa também contribuir para uma maior mobilização da população a cerca da escolha e relevância dos conselheiros.

¹⁹ Notícias da página eletrônica de 18/12/2012

Diante dessa lei aprovado em Junho de 2012 o seu cumprimento se torna devido a partir da sua publicação. A controvérsia está que aconteceu a eleição no DF no mês dezembro de 2012 para um mandato de 3 anos triênio 2012-2015. Os conselheiros estão com uma disputa judiciária para que essa eleição não ocorresse e se prorrogasse o mandato até o período de unificação das eleições me 2015, como aconteceu em alguns lugares do país. Por exemplo,

A Secretaria da Criança considera que a eleição é necessária e válida. A lei não explicita uma forma de adequação para as eleições unificadas que acontecerá em 2015. Dessa foram a Secretaria argumenta a autonomia de adequar a implementação da lei da forma mais democrática possível.

De acordo com a nova lei 12 696 de julho de 2012 que altera o mandato de 3 anos para 4, e que a eleição acontecerá no mesmo dia à nível nacional possa acontecer uma verdadeira mobilização social. Essa nova perspectiva de uma eleição unificada possa contribuir para a conscientização da população na escolha e possa contribuir para uma maior mobilização para que mais pessoas votem, pois o foto facultativo se apresenta com menos participação popular. Assim a eleição dos conselheiros não se resume à conquistas de votos ao meio social do candidato.

Os critérios da ideia inicial de eleição dos conselheiros tutelares foi importante para proporcionar uma participação social do monitoramento das políticas pelo Conselho Tutelar. Os novos critérios a forma de que foi pensada a eleição estão mais voltadas para a capacidade de atendimentos, para esse contato próximo dos usuários e demandas que os Conselhos Tutelares realizam.

Os novos critérios estabelecidos para eleição devem ser cuidadosos para não elitizar a função de conselheiro, mas de garantir a participação social de se candidatar, e não só de exercer a função de atendimento, mas de acompanhamento e monitoramento das demandas, das políticas, programas e projetos

Diante disso fica a compreensão e análise dos achados desse estudo e a possibilidade de observações futuras do cumprimento dos projetos e ações futuras estabelecida pela Secretaria da Criança, bem como dos andamentos do processo judicial da eleição do triênio 2012-2015 e a planejada eleição nacional unificada para os Conselhos Tutelares do país.

Referência Bibliográfica

ARIÉS, Philippe. História social da criança e da família. Tradução de Dora Flaksman, Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1891.

Brasil, Constituição Federal de 1998.

_____. CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Resolução Nº 75 de 22 de outubro de 2001. Que dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares.

_____. CONANDA - Resolução N.º 88 de 15 de abril de 2003. Altera o dispositivo da Resolução nº 75, de 22 de outubro de 2001 que dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares e dá outras providências.

_____. CONANDA - Resolução Nº 113 de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

_____. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar: orientações para criação e funcionamento/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. – CONANDA, 2007. 1ª Edição. Distribuídos 20000 exemplares. Publicação do programa Pró-conselho.

_____. Edital Nº 1 de 30 de julho de 2012. Processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar no Distrito Federal para o triênio 2013-2015. Diário Oficial número 151 de terça-feira, 31 de julho de 2012.

_____. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto das Crianças e do Adolescente - ECA

_____. Lei 12 696 de 12 de julho de 2012. Que altera os artigos 132, 134, 135 e 139 do ECA.

_____. Lei 4451 de 23 de dezembro de 2009 que dispõe sobre a organização e o funcionamento e dos Conselhos Tutelares no Distrito Federal.

_____. Lei 8242 de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes – CONANDA.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Coleção Garantia de Direito, Série Subsídios, Tomo V. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. 3ed. Brasília, 2002.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez. 2ª Ed. 2007.

CARVAJAL, Guillermo. Torna-se Adolescente. A aventura e uma metamorfose. Tradução de Claudia Berliner, São Paulo: Cortez, 1996;

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. O que é criança. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2ª Ed. 1991;

DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeo. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Minayo M.C.S. (org.). 29 ed. Vozes. Petrópolis, 2010;

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, RAUL de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Mundialização do Capital, “Questão Social” e Serviço Social no Brasil. Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 21, 2008

_____. A Questão Social no Capitalismo. In: Revistas Temporalis, Ano 2, nº 3, Brasília, 2001.

MARCÍLO, Maria Luiza. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. Revistas Temporalis, Ano 2, nº 3, Brasília, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2ª Ed. 2008.

MARK, Karl. Os Economistas: O Capital, crítica da economia política. Volume I Livro primeiro O processo de produção do Capital. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Editora Nova Cultura, São Paulo, 1996.

RIZINNI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Irene Rizinni, Francisco Pilotti (Orgs.) 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. TORRES, Abigail Silvestre. NICODEMOS, Carlos. DESLANDES, Suely Ferreira. Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente. Assis, Simone Gonçalves de (Org.) ... [et al.] – Rio de Janeiro, RJ : Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes no Brasil. Centro de Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 1ª ed. Rio de Janeiro, 2012.

Sites:

www.sdh.gov.br acessado em 23/08/2012 das 14 às 18 horas; 08/01/2013 das 14 às 16:00; 10/01/2013 das 14 às 16 horas; 08/02/2013 das 14 às 16 horas.

www.crianca.df.gov.br acessado em 10/09/2012 das 16 às 18 horas; 22/02/2013 das 15 às 16 horas; 28/01/2013 das 14 às 16 horas. 29/01/2013 das 14 às 16 horas.

www.violes.unb.br acessado em 13/09/2012 das 14 horas às 15 horas.

www.g1.globo.com acessado em 22/02/2013 das 16 horas às 17 horas

www.direitosdacrianca.org.br acessado em 27/02/2013 das 15 às 16 horas.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

Pesquisa: O enfrentamento abuso sexual contra crianças e adolescentes pelos Conselhos Tutelares de Ceilândia.

Local: _____ Data: ____/____/____

Entrevistado _____

Estrutura de perguntas semi-estruturada

Tema 1 : A estrutura física

Conselho Tutelar () Norte () Sul

1. Esse Conselho Tutelar possui algum acervo bibliográfico? () Sim () Não
2. Se sim, quem os usuários dessa biblioteca?
3. Qual a estrutura física disponibilizada para a atuação deste Conselho?
4. O espaço atende aos critérios de salubridade? () Sim () Não
Complemente a resposta.
5. O espaço atende os critérios de escuta sem danos? () Sim () Não
Complemente a resposta.
6. O Conselho Tutelar está equipado adequadamente para o seu funcionamento?
() Sim () Não
Justifique
7. Há disponibilização de um automóvel para a mobilidade dos Conselheiros Tutelares para as visitas e intervenções? () Sim () Não
Para a resposta sim responda a próxima questão, se não pule para a pergunta 9.
8. Se sim, este automóvel atende as necessidades dos conselheiros? () Sim () Não
Complemente
9. Se o Conselho não possui um carro como é feita a mobilidade dos conselheiros?
10. Qual o recurso humano disponibilizado para esse Conselho Tutelar?
11. Qual o orçamento é destinado para o funcionamento e despesas do Conselho Tutelar?
12. Esse orçamento é suficiente para as despesas e orçamentos? () Sim () Não Justifique

Tema 2 : A relação de dependência com as outras políticas e interdependência com as outras esferas do Sistema de Garantias de Direitos.

1. Como é feita a distribuição dos conselheiros para as atividades e horários de funcionamento do Conselho Tutelar?
2. Qual a quantidade diária, semanal ou mensal, responda como considerar adequado, de atendimento de casos?
3. Quais são as maiores de demandas atendimento/casos deste Conselho Tutelar?
4. Quais são as instituições que mais enviam casos para esse Conselho?
5. Quais são os instrumentais mais utilizados pelas instituições para enviar casos ao Conselho?
6. Como é a metodologia deste Conselho Tutelar para o recebimento de demandas, atendimentos de casos? Explique se há uma diferenciação para o tratamento de casos de abuso.
7. Como acontece a relação das três esferas do Sistema de Garantia de Direitos de promoção, defesa e controle dos direitos das Crianças e adolescentes? Explique como acontece de uma forma geral para todas as demandas e se a uma diferenciação aos casos de abuso.
8. Quais são os instrumentais utilizados por este Conselho para o encaminhamento de demandas para outras instituições?
9. Qual é a metodologia de encaminhamentos para outras instituições e componentes do Sistema de Garantia de Direitos? Especialmente para os casos de abuso.
10. Existe algum acompanhamento dos casos por este Conselho? () Sim () Não
11. Como é realizada a articulação com as outras esferas do Sistema de Garantia de Direitos para o acompanhamento dos casos? Principalmente para os casos de abuso.
12. Há alguma articulação com instituições públicas e privadas que compõe a rede social?
() Sim () Não
13. Se sim, quais são as articulações realizadas entre essas instituições e este Conselho tutelar?
14. E para os casos de abuso existe uma articulação da rede social para a oferta de serviços de atendimento? () Sim () Não
15. Qual é essa articulação?
16. É possível identificar quais as instituições compõe a rede social para serviços voltados ao tratamento de casos de abuso?

17. Qual a categoria de instituições que mais recebe encaminhamentos deste Conselho Tutelar?
- ☐ governamentais ☐ privadas ☐ está equilibrada a proporção
18. E para os casos de abuso qual a maior categoria?
- ☐ governamentais ☐ privadas ☐ está equilibrada a proporção
19. De forma geral e específica para os casos de abuso, qual a relação de encaminhamentos enviados com encaminhamentos contemplados?
20. Há algum retorno para as instituições que enviam demandas?
- ☐ Sim ☐ Não
21. Se sim, como é feita essa articulação de retorno?
22. Este Conselho realiza alguma atividade voltada para a prevenção?
- ☐ Sim ☐ Não
23. Quais são essas atividades?

Tema 3 : A qualificação e atuação dos Conselheiros Tutelares

Conselho Tutelar ☐ Norte ☐ Sul

1. Qual é a sua qualificação profissional?
2. Já trabalhou com crianças e adolescentes ou com tema correlato anterior a função de conselheiro? ☐ Sim ☐ Não
3. Se sim, qual foi essa experiência?
4. Qual foi a sua motivação para se tornar um conselheiro tutelar?
- ☐ Pessoal ☐ Religiosa ☐ Social ☐ Política ☐ Financeira ☐ Outros
- Se desejar completar a resposta
5. Essa é o seu primeiro mandato? ☐ Sim ☐ Não
6. Gostaria de se reeleger? ☐ Sim ☐ Não
- Justifique
7. Quais foram os artifícios utilizados para a(s) sua(s) campanha(s) eleitoral(s)?
8. Para a (s) sua (s) eleição (s) você passou por algum critério de seleção?
- ☐ Sim ☐ Não
9. Qual foi esse critério de seleção?
10. Depois que foi eleito você passou por algum curso de formação?
- ☐ Sim ☐ Não
11. Esse curso foi relevante para a sua atuação? ☐ Sim ☐ Não Justifique

12. Como se realiza a atribuição do Conselho Tutelar dentro do Sistema de Garantia de Direitos?
13. Você contribuiu no processo de formação da configuração da atual legislação que regem os Conselhos Tutelares? ☐ Sim ☐ Não
Se sim, discorra sobre essa participação
14. O Conselho Tutelar se faz presente em alguma instância política?
☐ Sim ☐ Não
15. Quais são essas participações?
16. Você conhece alguma legislação que regulamente a destinação de recursos para o funcionamento do Conselho? Para resposta sim, quais são? ☐ Sim ☐ Não
17. Se conhece, já utilizou como argumentação essas leis para defender os gastos e a manutenção do Conselho Tutelar? ☐ Sim ☐ Não
Justifique
18. Você já participou de alguma reunião sobre a destinação de recursos para a manutenção do Conselho ou para a defesa de direitos das Crianças e Adolescentes? Se sim, poderia descrever qual foi essa reunião e como foi essa participação?
19. Quanto à remuneração do conselheiro, você já teve algum problema de não pagamento de salário? ☐ Sim ☐ Não
20. Você poderia descrever qual foi este problema?
21. Você já precisou utilizar o apoio de outros profissionais como psicólogo, assistente social e pedagogo para alguma intervenção ou atendimento?
Para resposta Não vá para a pergunta 25.
☐ Sim ☐ Não
22. Se precisou, você conseguiu o apoio desses profissionais?
☐ Sim ☐ Não
23. Qual a sua avaliação do apoio do profissional requisitado? Mesmo que não tenha conseguindo o apoio desse profissional qual a sua opinião sobre a utilização dele?
24. De qual órgão eles vieram?
25. Se não, por que você considera que nunca necessitou?
26. Já encaminhou algum caso que fosse necessário a prioridade de atendimento dos serviços oferecidos pelas instituições públicas e privadas? ☐ Sim ☐ Não
27. Essa demanda do Conselho Tutelar foi atendida? ☐ Sim ☐ Não
justifique se a resposta for não

28. Na sua opinião, os Conselhos Tutelares possuem estrutura física adequada?
☐ Sim ☐ Não
29. Na sua opinião, os recursos humanos são suficiente para as atribuição dos conselheiros? ☐ Sim ☐ Não
30. Quais são os fatores que precisam ser modificados para a sua melhoria?
31. Que experiências relevantes você pode relatar sobre a sua atuação enquanto Conselheiro Tutelar que revelam ou desmitificam a precariedade dos Conselhos?
32. Quais as suas reflexões sobre esse período que esteve atuando no Conselho?
33. Você já criou algum projeto para direcionar a metodologia de atendimentos?
☐ Sim ☐ Não
34. Se sim, conseguiu implementá-lo? ☐ Sim ☐ Não
35. Se não conseguiu, por quê?
36. Você considera que houve um aumento das demandas de abuso sexual nos últimos anos ou meses? ☐ Sim ☐ Não
37. Se considera que sim, a que você atribuiu esse aumento?
38. Você poderia quantificar a relação que comprove esse aumento?

APÊNDICE B – Modelo de termo de consentimento

Tema da pesquisa: O Enfrentamento do abuso sexual pelos Conselhos Tutelares de Ceilândia.

Objetivo: Conhecer a realidade e identificar as dificuldades de intervenção dos Conselhos Tutelares de Ceilândia frente aos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Termo de consentimento - Livre

Eu _____,
concordo em participar da entrevista e em preencher o questionário, principais instrumentos para o levantamento de dados da pesquisa da estudante, Ana Paula Oliveira da Silva, que proporcionará a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compondo um dos requisitos para a conclusão da graduação acadêmica de Serviço Social da UnB – Universidade de Brasília. Tendo como garantia o sigilo do meu nome preservando a minha imagem e integridade moral e profissional. Assim como estou ciente da possibilidade de receber os resultados da pesquisa.

Caso deseje receber informações a respeito da pesquisa bem como da apresentação informe seus contatos. Telefone: _____

Email: _____

Ana Paula Oliveira da Silva

Assinatura da entrevistada

Brasília, ____/_____/2012 / 2013

APÊNDICE 3 – Ofícios enviados

Ofício nº 1/SER

Brasília, 11 de Janeiro 2013.

À: Maria Goretti Viana Cardoso

Coordenadora do Conselho Tutelar de Ceilândia Sul

Prezada Senhora,

Apresentamos a Vossa Senhoria a aluna **Ana Paula Oliveira da Silva**, matrícula 10/0056652 do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, que está realizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema versa sobre **O enfrentamento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Conselho Tutelar da Ceilândia Sul e Norte**.

Solicitamos que a referida estudante possa ter acesso aos dados de abuso sexual nesta instituição para vencer a etapa de coleta de dados de sua referida pesquisa e viabilizar o estudo sobre a temática e finalizar o TCC.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos pelos telefones

Atenciosamente,

Prof^a Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Orientadora

À: Coordenação do Conselho Tutelar de Ceilândia Norte

Prezada Senhora,

Apresentamos a Vossa Senhoria a aluna **Ana Paula Oliveira da Silva**, matrícula 10/0056652, do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, que está realizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema versa sobre **O enfrentamento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Conselho Tutelar da Ceilândia Sul e Norte**.

Solicitamos que à referida discente possa ter acesso aos dados estatísticos de abuso sexual deste Conselho, bem como autorização para realizar entrevistas com os conselheiros sobre os procedimentos de intervenção que esta instituição realiza em relação ao denúncias de abuso sexual. A finalidade desta pesquisa é subsidiar o TCC da referida aluna.

Agradecemos a sua atenção e aguardamos o seu deferimento.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos pelos telefones

Atenciosamente,

Prof^a Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Orientadora

Ofício nº 18/VIOLES/SER

Brasília, 15 de Fevereiro 2013.

À: Rodrigo Figueiredo

Coordenador do CONATA – Coordenadoria dos Núcleos de Apoio Técnico Administrativo aos Conselhos do DF.

Prezado Senhor,

Apresentamos à Vossa Senhoria a aluna **Ana Paula Oliveira da Silva**, matrícula 10/0056652, do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, que está realizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre **O enfrentamento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Conselho Tutelar da Ceilândia Sul e Norte**.

Solicitamos que a referida discente seja autorizada a consultar os livros de registros e os processos de casos de abuso sexual dos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul para coletar e analisar dados referentes aos acompanhamentos e medidas aplicadas. Solicitamos também que a referida discente possa realizar entrevista com o coordenador a fim de saber quais os tratamentos realizados em relação aos dados estatísticos anuais de atendimento que os Conselhos Tutelares enviam à esta coordenação. A finalidade desta pesquisa é subsidiar o TCC da referida aluna.

Agradecemos a sua atenção e aguardamos o seu deferimento.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos pelos telefones

Atenciosamente,

Profª Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Orientadora

Ofício nº 19/Violes/SER

Brasília, 15 de Fevereiro 2013.

À: Rejane Pitanga

Secretária de Estado da Criança do Distrito Federal.

Prezada Senhora,

Apresentamos à Vossa Senhoria a aluna **Ana Paula Oliveira da Silva**, matrícula 10/0056652, do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília, que está realizando o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sobre **O enfrentamento do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Conselho Tutelar da Ceilândia Sul e Norte**.

Solicitamos que a referida discente seja autorizada a consultar os livros de registros e os processos de casos de abuso sexual dos Conselhos Tutelares de Ceilândia Norte e Sul para coletar e analisar dados referentes aos acompanhamentos e medidas aplicadas. Solicitamos também autorização para realizar entrevistas a fim de coletar informações a respeito das medidas que estão sendo planejadas para a melhoria e manutenção dos Conselhos Tutelares, bem como sob a criação do novo projeto que irá compor a rede de proteção para o enfrentamento da violência sexual. A finalidade desta pesquisa é subsidiar o TCC da referida aluna.

Agradecemos a sua atenção e aguardamos o seu deferimento.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos pelos telefones

Atenciosamente,

Prof^a Dra. Maria Lúcia Pinto Leal

Orientadora